

## **Capítulo IV**

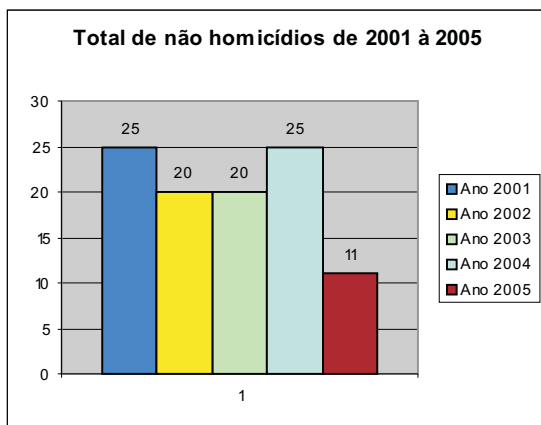
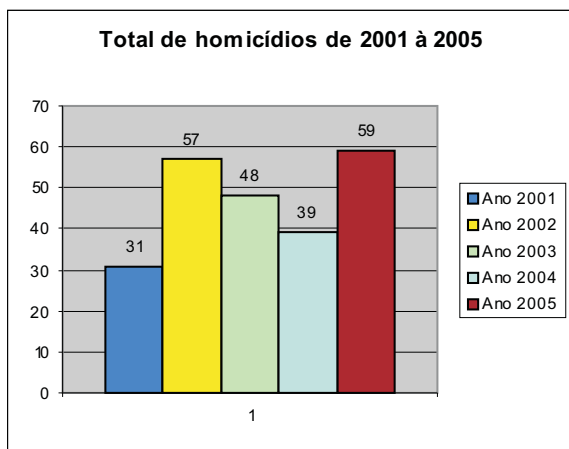
# **MORTALIDADE DE ADOLESCENTES EM FOZ DO IGUAÇU 2005**

## MORTE DE ADOLESCENTES EM FOZ DO IGUAÇU EM 2005

*Clarissa Marin Coletto\**

Com o objetivo de incentivar o debate sobre as causas da violência e encontrar caminhos para enfrentar o problema, o CEDEDICA promoveu a Pesquisa de Mortalidade de Adolescentes do ano de 2005 em Foz do Iguaçu-PR, pesquisa essa realizada em parceria com a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e apoiado por ITAIPU BINACIONAL. Nesta Pesquisa foi levantado o número de óbitos de adolescentes (de 12 a 18 anos) no ano de 2005. Desta forma estão incluídos os homicídios e outras causas de mortes que classificamos como não homicídio.

Dentre os óbitos pesquisados, os homicídios, a incidência da mais grave violação dos direitos infanto-juvenis, aumentaram em Foz do Iguaçu-PR, e outras causas de morte de adolescentes como afogamento, atropelamento e acidente de trânsito diminuíram. Foram onze casos de não homicídios em Foz, conforme observa-se nos gráficos abaixo:



O homicídio é a violação mais grave dos direitos infanto-juvenis. Especialistas da área dos direitos humanos atribuem esses resultados à precária implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Se os dispositivos previstos na lei como, por exemplo, o artigo 7º do ECA em que diz que toda criança e adolescente "têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência", fossem plenamente adotados e operassem adequadamente, os números poderiam ser sensivelmente reduzidos.

Esta Pesquisa é uma investigação de alguns fatores associados a homicídios praticados contra adolescentes, no município de Foz do Iguaçu-PR, onde, no período de **2001 a 2005** foram assassinados **234 adolescentes**. A coleta e a análise dos dados foram realizadas através da conjunção das seguintes técnicas: levantamento de dados através da busca de certidões de óbitos, nas manchetes do jornal local, junto ao IML, a Delegacia - Setor de Homicídio - para levantamento de quais casos foram investigados, buscas na Internet para localizar a família dos adolescentes mortos e levantamento de dados através de um questionário de 67 perguntas feitas aos familiares dos adolescentes mortos, contendo dados sociográficos.

Dos 71 (setenta e um) óbitos do ano de 2005, 59 (cinquenta e nove) foram homicídios e 11 (onze) óbitos classificamos como não homicídio (afogamento, atropelamento e acidente de trânsito) e apenas 01(um) óbito classificamos como não esclarecido, pois não obtivemos informações suficientes para classificá-lo como homicídio ou suicídio.

Dos 59 (cinquenta e nove) homicídios, 43 (quarenta e três) casos foram entrevistadas as famílias dos adolescentes assassinados e 16 (dezesesseis) casos foram arquivados, pois não encontramos a família para fazer o levantamento sócio gráfico. Dos 11 (onze) casos de não homicídio, 06(seis) casos foram entrevistadas as famílias e 05 casos foram arquivados, totalizando 71 óbitos.

Como resultado, pode-se afirmar que as condições de vida que levaram à morte os adolescentes assassinados, são fruto de uma sincronização de fatores, onde, além da fragilidade institucional, observa-se como determinantes a disputa pela apropriação de bens materiais, o conflito de interesses financeiros, o tráfico de drogas, e um modo de relacionamento interpessoal, cuja resolução de situações conflitivas se dá de forma não mediada e violenta.

***Palavras-chave: Homicídio; adolescência; violência; tráfico de drogas.***

O aumento da violência contra o adolescente, está também diretamente relacionado à desigualdade socioeconômica e à necessidade da formulação de políticas públicas mais eficazes no combate ao problema. A Análise da Violência contra o Adolescente segundo a Pesquisa de mortalidade de Adolescentes mostra que, na faixa-etária entre 12 a 18 anos, os maiores alvos de homicídios são meninos de 16 a 18 anos. Eles representam 79 % desses casos.

Os pardos são as maiores vítimas, são duas mortes de pardos para cada homicídio praticado contra brancos e negros. A proporção é de 2,3 para 1. Isto é, 70% maior. Os adolescentes assassinados no ano 2005, 10 eram negros, 09 brancos e 21

pardos.

A Pesquisa revela que a maior vulnerabilidade dos adolescentes afetados pelos homicídios está na faixa dos 15 a 18 anos. Tal fato contraria o argumento segundo o qual indivíduos nessa idade são os principais impulsores de práticas violentas. Levantamento estatístico realizado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 2003, por exemplo, revela que menos de 3% dos homicídios dolosos e menos de 10% dos "atos criminosos" registrados no estado são cometidos por adolescentes.

Para os autores do estudo do Unicef, a pouca visibilidade dada a esses tipos de estatísticas contribui de forma indireta à "criminalização" do jovem - imagem que sustenta, por exemplo, a ação policial centrada no abuso da força e na violência letal.

"A polícia é um importante agente da área da segurança pública. Mas para reduzir o número de homicídios, o trabalho de inteligência deveria ser priorizado contado com um *modus operandi* operante e seletivo no enfrentamento do crime organizado". *Helena Silva, Oficial de Projetos do UNICEF*

"Há preconceitos contra adolescentes vítimas de homicídios. Por se achar que eles são autores de atos infracionais, os assassinatos quase nunca são investigados. A criação de órgãos de proteção é fundamental para romper esse ciclo de impunidade e acabar com o preconceito". *Mario Volpi, Oficial de Projetos do UNICEF*

A Pesquisa mostrou também que os adolescentes de 12 a 13 anos são mais suscetíveis às situações violentas e adversas. É nesse período que são registrados os maiores índices de evasão escolar, trabalho infantil e ingresso em redes de exploração sexual, pedofilia e tráfico de drogas, entre outras violações de direitos.

Nessa idade é primordial que existam políticas públicas que ofereçam oportunidades e perspectivas de vida aos pré-adolescentes. Tais ações preventivas poderiam contribuir, em médio e longo prazo, por exemplo, para a redução dos riscos de assassinatos de adolescentes na faixa de 15 a 18 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a proteção contra homicídios por meio da atuação conjunta de Delegacias Especializadas, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares e Centros de Defesa. Órgãos cuja criação e manutenção é dever dos estados e municípios, com apoio da União. Mas, 16 anos após a promulgação da Lei, registra-se um número insuficiente de entidades nessa área.

A redução significativa da taxa de mortalidade por homicídios em crianças e adolescentes de 0 a 18 anos depende de investimentos efetivos e crescentes em políticas públicas que proporcionem a implementação dos dispositivos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Na prática, não é o que vem acontecendo.

As demandas da sociedade civil por maior segurança e melhores condições de vida contrastam com a miséria crescente e a multiplicação das ocorrências de violência em todas as esferas da vida social. A dificuldade dos aparelhos de Estado em conter ou amenizar o incremento do crime, dos atentados ao patrimônio e à própria integridade física do cidadão comum, acabam por colocar segmentos significativos da população em estado de pânico e temor.

Se, como coloca Adorno (1995, p. 303), "a história da sociedade brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência", o recrudescimento da criminalidade geral e a multiplicação de suas faces e dimensões, atingindo em especial e inexoravelmente crianças e adolescentes, possibilitam dizer que se está diante de uma nova fase dessa história. Uma fase de mudança quantitativa e qualitativa, caracterizada pelo aumento e agravamento dos episódios de violência. Uma fase de crise no processo civilizatório, onde impera a lei do mais forte, numa tragédia fáustica, que exige esforços consideráveis no sentido de atenuar e sublimar os efeitos desse mal.

De acordo com Zaluar (1995, p. 397), "...os jovens brasileiros de 15 a 18 anos morrem mais de assassinato do que de qualquer outro motivo".

Contudo, não é este o fato que mais vem chamando a atenção dos diferentes segmentos sociais. É a participação do adolescente em atos violentos e não o seu processo de vitimização que mobiliza opiniões e solicitação de intervenção. E neste tocante, os dados sobre a autoria de homicídios por jovens parece vir de encontro com as especulações. Pelo menos o número de processos registrados no município de Foz do Iguaçu aponta para um crescente aumento.

Considerando-se o processo de aumento no número de homicídios no município, tanto os praticados pelos adolescentes como aqueles em que eles figuram como vítimas, que fatores estariam neste fenômeno articulados? Quem são os adolescentes vítimas dos homicídios atuais? Por quais motivos, em que circunstâncias e por quem são cometidos tais assassinatos?

A fim de levantar indícios que possibilitem melhor refletir e compreender estas e outras questões é que foi realizado este trabalho. Pretende-se, com ele, a partir do conhecimento de determinadas condições que contribuem para a ocorrência dos homicídios, fornecer subsídios para a possibilidade de ações preventivas e/ou remediativas que atenuem o problema.

## **Método**

**Participantes: 04 estagiários de direito da UNIOESTE, 02 estagiários do CEDEDICA e uma advogada na coordenação da pesquisa.**

Foi feito um levantamento dos óbitos de adolescentes no ano de 2005 (12 a 18 anos), totalizando 71 óbitos. A coleta e a análise dos dados foram realizadas através da conjunção das seguintes técnicas: levantamento de dados através da busca de certidões de óbitos, nas manchetes do jornal local, junto ao IML, na Delegacia- Setor de Homicídio- para levantamento de quais casos foram investigados, na Internet para localizar a família dos adolescentes mortos e levantamento de dados através de um questionário de 67 perguntas feitas aos familiares dos adolescentes mortos, contendo dados sociográficos.

## **Material**

Questionário de 67 perguntas, onde se anotavam os dados a respeito das vítimas de homicídios e outras causas diferentes do homicídio que classificamos como não homicídio (afogamento, atropelamento e acidente de trânsito). Este

questionário foi respondido pelos familiares das vítimas.

### **Procedimentos**

1- Buscas das certidões de óbitos de adolescentes no ano de 2005 no Cartório de Registro Civil Esteves Santos no Município de Foz do Iguaçu-PR;

2- Cruzamento de informações contidas nas certidões de óbito com as informações do jornal local, IML e buscas na Internet;

3- Pesquisa a campo, onde foi feito um levantamento sociográfico através das entrevistas com as famílias dos adolescentes mortos no ano de 2005.

Com relação ao levantamento sociográfico, objetivando-se a busca das regularidades, empreendeu-se a coleta de informações que pudessem ser quantificadas. Foram levantadas e classificadas informações referentes a: a) dados pessoais, como idade, local de residência, ocupação, escolaridade, naturalidade, responsável, etnia e envolvimento com tráfico, b) dados sobre o óbito, contendo informações sobre local de ocorrência, distrito policial, a forma como ocorreu o crime, c) dados sobre internação, investigando-se, nos casos onde as vítimas tiveram passagens pelo CIAADI.

As observações foram realizadas durante um período de dois meses. Num primeiro momento, os estagiários saíram a campo para fazer as entrevistas com as famílias dos adolescentes mortos, nos endereços indicados nas certidões de óbito. No entanto estas atividades foram suspensas na primeira semana, pois os estagiários receberam ameaças da população local e eram monitorados todos os passos dos estagiários pelos “boqueiros”.

Num segundo momento, enviamos convocações para as famílias dos adolescentes mortos, para comparecerem no edifício do Fórum da cidade de Foz do Iguaçu-Pr, para assim serem entrevistados.

E num terceiro momento, aquelas famílias que receberam a convocação e não compareceram ao Fórum, fomos novamente ao encontro das mesmas em suas residências.

Dos 59 (cinquenta e nove) homicídios levantados e classificados, em 43 (quarenta e três) casos foram entrevistadas as famílias dos adolescentes assassinados e 16 (dezesesseis) casos foram arquivados, pois não encontramos a família para fazer o levantamento sócio gráfico. E apenas 01 (um) caso classificamos com não esclarecido, pois com as informações obtidas, não conseguimos classificar como homicídio ou suicídio. Dos 11 (onze) casos de não homicídio levantados e classificados, 06 (seis) casos foram entrevistadas as famílias e 05 casos foram arquivados, totalizando 71 óbitos.

### **Resultados**

#### **Levantamento Sociográfico dos 59 homicídios no ano de 2005**

Pode-se afirmar que a maior parte da amostra é oriunda das camadas pobres da população. Todas as famílias entrevistadas dos adolescentes vítimas de homicídio, recebiam menos de 4 salários mínimos. Mesmo que não tivéssemos a disponibilidade de dados quantitativos sobre a renda das famílias, é a conjunção das

informações que permite esta afirmação. Baixa escolaridade, desemprego, baixa qualificação profissional dos responsáveis e condições de moradia são exemplos de elementos que compõem esta configuração.

Os dados sobre o local de residência das vítimas de homicídio mostram que a maior parte residia em bairros pobres e, também foram essas regiões que centralizaram a maior parte dos homicídios.

Com relação à escolaridade, os resultados indicam que as vítimas possuíam baixo nível de instrução, sendo que a maioria, 62%, situou-se na faixa de quinta a oitava série. Pode-se citar que, em relação a primeira a quarta, 7% e cursou até o ensino médio, 12% e não informaram 19%. Geralmente, o abandono da escola ocorre entre os doze e quatorze anos, faixa etária que marca o início do envolvimento com os atos infracionais.

Quanto à idade, a maioria 79%, quando do falecimento, situava-se na faixa dos 16-18 anos. Com relação a etnia das vítimas, as porcentagens distribuem-se da seguinte forma: 49% de pardos, 21% de brancos, 23% de negros e pardos e, 7% sem informação.

A distribuição de acordo com o gênero ratifica a masculinização do mundo do crime, e em particular do crime organizado, como discutido por Zaluar (1996). Dentre as vítimas, 98% era do gênero masculino e apenas 2% do feminino.

Nascidos na maioria, 75% em Foz do Iguaçu, as vítimas, em grande parte, 42% conviviam com os genitores. Dos casos em que se obteve informação sobre os responsáveis pelo adolescente, 23% não conviviam com nenhum dos genitores. E 35% das vítimas tinham o pai e a mãe como responsáveis. Grande parte da ausência da figura paterna se deu por separação ou morte ou, pelo fato do pai ter abandonado a família e estar entregue, por exemplo, ao alcoolismo.

A ocupação das vítimas era diversificada entre serviços gerais, servente de pedreiro, etc. Todas as atividades caracterizam-se pela não exigência de qualificação ou grau de escolaridade. Na realidade, o tráfico de entorpecentes parece ter sido a principal atividade econômica. Em muitos casos, com os proventos advindos dessa atividade, os adolescentes contribuíam para o orçamento familiar e alguns chegavam a sustentar suas famílias. Em outros, os adolescentes abandonaram a família e passaram a ter vida independente, morando na rua ou no próprio ponto de venda das drogas.

Em relação ao uso de entorpecentes, em 42% dos questionários continha informação de que a vítima não fazia uso e, em 56% a vítima usava álcool, maconha, etc. Em 2% dos questionários não há informações, mas apenas suposições de envolvimento com drogas.

Quanto ao antecedente de internação, como referido anteriormente, dos 43 casos de homicídio, 49% passaram pelo menos uma vez pela polícia, 52% passaram pelo menos uma vez pelo CIAADI, permanecendo em média 45 dias. Os homicídios, quase totalmente, foram cometidos por arma de fogo. Apenas 2 (dois) foram cometidos por arma branca (estiletas e faca): um contra uma vítima do gênero feminino, e dois, contra dois meninos.

Como observa-se nos gráficos a seguir, em grande parte, o local do homicídio

coincide com a região de residência da vítima, bem como em determinados casos, a vítima figura com envolvimento em outro crime, caracterizando um movimento cíclico nesse processo, onde existe uma proximidade bastante forte entre as vítimas e os autores dos homicídios.

Geralmente, os homicídios de adolescentes no município de Foz do Iguaçu, seguem um mesmo padrão: os motivos alegados para o homicídio, quando existentes, referem-se, na maioria, a dívidas contraídas em aquisições de entorpecentes, seguida por vingança, conflitos de natureza subjetiva e desentendimentos ocasionados por brigas anteriores. Por outro lado, existem casos de adolescentes mortos por engano, confundidos com outra pessoa. Este fato evidencia a situação de insegurança a que está submetida a população jovem moradora nos locais de maior incidência de homicídio, colocando-a numa posição de risco e vitimização.

A autoria do homicídio é conhecida em apenas 14% da amostra e, em 86% ela é desconhecida. Ou não há outras informações (por exemplo, não haviam testemunhas), ou se impôs a lei do silêncio, ou ainda, as investigações não foram concluídas, indicando que a morosidade e inoperância da polícia legitimam a impunidade.

*Quanto ao desfecho dos processos, a ausência de informações dificulta análises mais precisas. Em 50 Inquéritos Policiais instaurados, 43 inquéritos inexistem o relatório de conclusão dos fatos, isto é, não foram concluídos os inquéritos policiais. Em nenhum caso foi decretada a prisão preventiva. Alguns casos foram arquivados pela morte do autor. Outros, aguardavam a identificação do autor (suspeitos). No caso de autores menores de idade conhecidos (n = 1), em 1 (um) processo aparece o encaminhamento para a Delegacia Especial do Adolescente e houve a aplicação da internação.*

*Os números indicam que não há efetivo interesse e vontade política para a apuração dos fatos. A maior parte dos inquéritos não é concluída pela morosidade, quase paralisação nas investigações, seja por falta de laudos periciais, seja pela falta de testemunhas, seja talvez pela falta de equipamentos, viaturas e recursos humanos.*

## **Discussão**

O contexto social, no qual se desenrolaram os fatos, mostra um quadro de evidente pobreza. Cabe salientar que não se está aqui assumindo uma relação direta entre miséria e criminalidade. A criminologia crítica (Taylor, Walton & Young, 1980), há muito, apontou com clareza que a questão fundamental é a produção das leis e a atuação enviesada das instituições de controle social da violência, "que só identifica como criminoso o delinqüente oriundo das classes populares" (Zaluar, 1996, p. 67). Tal reconhecimento, contudo, não exclui aquele relativo à existência de configurações infracionais ligadas a determinadas classes sociais. E, na problemática estudada, ou seja, homicídios, fica bastante clara a sua relação com as condições de extrema pobreza, bem como com os fatores a ela inerentemente vinculados, em especial, a busca por uma alternativa econômica e de sobrevivência, encontrada por esta população no mundo do comércio das drogas.

A exposição aos estímulos e oportunidades de pequenos delitos e de envolvimento com o comércio das drogas parece ainda vinculada também à constituição familiar, ou melhor, à rede de apoio dos adolescentes, em especial, à ausência de figuras que possam exercer um papel de apoio e proteção à vulnerabilidade e ao risco. Na maioria dos casos, o envolvimento com o tráfico inicia-se num momento da vida onde a introdução ao mundo adulto apresenta-se de forma bastante contraditória. De acordo com Pinheiro (1997, p. 46), "...muitos jovens tentam compensar a marginalidade aderindo as gangues de rua, enquanto outros se envolvem no tráfico de drogas. O crime se torna a maneira mais fácil e rápida de ter mobilidade social e canais 'respeitáveis' para tal mobilidade são cortados amplamente". Numa predestinação ao ilícito, a extrema pobreza e a falta de opções empurram o adolescente para a marginalidade e a criminalidade, ao mesmo tempo em que ele é ideologicamente capturado pelos sonhos de consumo e grandeza, veiculados pela mídia e valorizados socialmente como sinônimo de felicidade e sucesso.

Para Castro (1998, p. 18) "as construções identitárias da contemporaneidade apontam, também, na direção da radicalização do individual onde o sujeito apenas se reconhece na apoteótica realização dos ditames da cultura de consumo". A falta de condições dignas de sobrevivência, a frustração diante de tantas oportunidades virtuais de consumo são elementos para se pensar a prática infracional, de certa forma, enquanto uma conduta reativa. A atividade ilícita é perpetrada no sentido de suprir uma falta, uma carência no plano material e simbólico, busca desesperada de satisfação que acaba redundando em morte.

Como afirma Violante (1997, p. 58), "ao sair da infância, o Eu deve poder auto-investir e projetar-se no futuro, na esperança de ter, então alcançado seus ideais (...) Para constituir-se, o Eu exige realidade: prazer real, significação e reconhecimento advindo de, pelo menos, um outro Eu que lhe sirva de ponto de apoio, modelo identificatório e suporte de investimento...". Marcados por um momento em que a modernidade apresenta frutos impossíveis de serem alcançados, e, pela ausência de modelos que contrariem o dito popular que "o crime não compensa", o modelo identificatório dos adolescentes passa facilmente a ser o do traficante, poderoso e bem sucedido. Os dados de Silva (1999) são bastante representativos deste poder de atração. O tráfico de entorpecentes é a segunda infração que mais cresce no período estudado.

A ausência de figuras significativas de autoridade parece assim agravar, em determinados casos, o relacionamento desses adolescentes com a lei e com a sua adaptação às instituições sociais. Por outro lado, nas famílias onde ocorre a ausência de um dos cônjuges, em geral, o menor é forçado muitas vezes a abandonar a escola e ingressar precocemente no mercado de trabalho, como forma de sobrevivência e auxílio na renda familiar. A necessidade alia-se à possibilidade de ganho substancial e o adolescente é capturado para o furto ou para o pequeno tráfico de varejo, na função de "avião". Estando no meio do pequeno tráfico, insere-se num ambiente de consumo de álcool e drogas, onde ocorre um intenso comércio obviamente ilegal de armas, bicicletas e motos, que lhe possibilita o contato com um mundo simbólico

bastante marcado pela peculiaridade da atração do crime organizado. O consumo de drogas, constitui-se assim em uma das principais portas de entrada para os atos infracionais e para o tráfico. Adolescentes pobres dependentes passam a praticar pequenos delitos para pagar dívidas assumidas com o uso de substâncias entorpecentes. Aos poucos, assumem "bronca" de traficantes maiores, inserindo-se assim numa rede de conflitos e disputa de mercados. Dentro dessa dinâmica de vida comercial ilícita, de economia de troca conturbada, de intenso porte de armas, no convívio inter-grupal, é inevitável que os pequenos desacordos sejam resolvidos de forma violenta, intensificando-se até suas últimas conseqüências.

Nesse mesmo sentido, também os espaços vivenciados pelos adolescentes não oferecem condições para mudarem a trajetória de envolvimento com o crime. Os casos levantados são insuficientemente instruídos, compondo o contingente de alunos repetentes que acabam evadindo-se, e muitas vezes sendo expulsos da escola. As medidas aplicadas àquelas vítimas com antecedentes infracionais, que tiveram passagem pelo Juizado da Infância e Juventude, por sua vez, também não foram suficientes para oferecer novos referenciais e possibilidades de re-significação do papel social desses adolescentes, nem mesmo, para impedir a internação. Uma vez internados, essa medida foi marcada pela inatividade, pelo ócio, não conseguindo cumprir assim o caráter sócio-educativo de reeducação. A maioria reincide e procura fugir da instituição ou, quando saem, retornam ao mundo do crime.

*Com relação ao autor do homicídio, a maior parcela não é identificada pela morosidade nas investigações, sendo poucos os casos de efetivação da prisão do autor do homicídio. Quando preso o autor do homicídio, foi por outro crime e não por homicídio. Além de dificuldades técnicas, articula-se a ausência de vontade política de setores da polícia que, capturados por determinados agenciamentos ideológicos, podem vir a entender a morte de adolescentes infratores como "higiene social". Ao mesmo tempo, há que se considerar que, quando ocorre a identificação, poucas são as possibilidades de re-socialização destes autores, sejam eles adultos ou adolescentes. Cumprindo pena ou medida sócio-educativa em instituições com reconhecida dificuldade de efetivação de seu papel, numa cultura infracional e num contexto extremamente complexo de disputas, dificilmente os autores de homicídios conseguirão romper com o círculo repetitivo do fenômeno, podendo sempre ser a próxima vítima.*

### **Considerações Finais**

Em todos os atestados de óbito das vítimas, existe uma observação que sintetiza claramente uma trajetória existencial marcada pelo não: "não era eleitor, não era reservista, não deixou filhos, não deixou bens, teve morte não natural". Desprovidos de condições dignas de sobrevivência, não assistidos em seus direitos elementares, não reconhecidos na singularidade de suas demandas, não tiveram os adolescentes a possibilidade de atingir a vida adulta. Não tiveram acesso às políticas sociais básicas, definidas enquanto prioridades no Art. 4 do ECA e, ao que tudo indica, não sofreram a ação das políticas de assistência social e nem das medidas de proteção (Incisos II e III, Art. 87 do ECA). Não puderam ainda beneficiar-se

efetivamente das medidas sócio-educativas, propostas no sentido de se evitar a escalada no mundo da delinquência e de promover a re-socialização do adolescente. Em suma, as vítimas, na grande maioria, não tiveram condições infra-estruturais favoráveis ao desenvolvimento pleno, não receberam a assistência necessária, enveredaram-se pela delinquência e incapacitados para a reabilitação social, continuaram a infracionar, acabando por serem mortos.

Os processos não se completam, inexistindo informações e finalizações desde o abandono ou exclusão da vida escolar até o próprio inquérito que investiga o homicídio. Faltam dados, medidas e providências. Essa realização parcial indica o descaso com a efetiva recuperação e reintegração do adolescente. Se a prioridade na proteção, execução de políticas sociais e destinação preferencial de recursos públicos não está sendo executada, isto certamente implica numa deterioração maior ainda no nível de vida dos adolescentes, em especial dos provenientes de camadas pobres. Nesse sentido, podemos considerar os homicídios como decorrentes diretamente do fracasso das instituições que não cumprem com seu papel prescrito socialmente. Mais do que isto, algumas delas criminalizam ainda mais o adolescente, ao invés de lhe oferecer um atendimento adequado.

É exatamente nessa fragilidade das instituições e no alcance de resultados significativos, que repousa a outra faceta do fenômeno em questão, a impotência. Impotência no discurso e na prática. Em especial, impotência dos aparelhos de Estado diante do crime e tráfico organizados, cada vez mais equipados.

O aparecimento do *crack*, o seu consumo e a distribuição pulverizada por micro-trafficantes, parece ter alterado sensivelmente a configuração da criminalidade no município. Embora ainda a grande maioria dos autores de atos infracionais seja composta por aqueles que praticam atos leves e desprovidos de violência, esses adolescentes, paulatinamente, gozam de uma infra-estrutura e de um suporte logístico oferecido pelo crime organizado. E, no nível da produção de subjetividades, verifica-se, na cultura dos adolescentes envolvidos na prática de atos ilegais, um processo de glorificação do crime. Entre os institucionalizados, são aqueles que cometeram infrações pesadas, como homicídios e latrocínios, inseridos em uma estrutura de tráfico organizado, os que são mais respeitados e temidos, não apenas por outros adolescentes, mas também pelos monitores e coordenadores da instituição.

Neste universo simbólico, os adolescentes são colocados na linha de frente, não só do tráfico de varejo de entorpecentes, mas da guerra entre gangues, tanto assumindo crimes cometidos por maior imputável, quanto eles próprios cometendo o homicídio diretamente. Está em curso um processo de produção de mortes de jovens, que necessita ser manietado em algum elo de sua cadeia, uma vez que apresenta uma tendência de franco e cíclico crescimento.

As histórias dos adolescentes vitimados, excetuando-se os casos de mortes por engano, aponta ainda para uma repetição de ocorrências, eventos premeditados. A leitura dos processos é uma repetição de fatos, uma produção em série: evolução do envolvimento da vítima com atos infracionais, apreensões pela polícia, passagens por instituições, presença do tráfico de entorpecentes, uso e porte de armamento pesado, matar e morrer.

Com certeza, neste processo onde adolescente mata adolescente, existe a mediação de adultos, seja através das quadrilhas, seja através das instituições que desvirtuam seu papel. O aumento no número de adolescentes que assumem a autoria dos homicídios é assustador. Mais do que isto, é indicativo de que anos de políticas e práticas institucionais e sociais mal conduzidas e eivadas de equívocos, geraram e repetiram, em determinados segmentos populacionais, como mecanismo de sobrevivência e canal de ascensão social, uma geração de adolescentes submetidos à vitimização e/ou à propensão à infração e ao delito.

Como conclusão, pode-se afirmar que a delinquência e as condições de vida que levaram à morte os adolescentes, são fruto de uma sincronização de fatores, onde, além da fragilidade institucional, observa-se como determinantes a disputa pela apropriação de bens materiais, o embate de interesses financeiros e de comercialização de entorpecentes, e, um modo determinado de produção de subjetividades, cujo destaque pode ser dado à recorrência à resolução de conflitos de forma não mediada e violenta.

Nossos jovens não precisam de lágrimas; elas precisam de comida, remédio, escola, casa, salário justo para os pais e respeito, como seres humanos que são.

### **Propostas para discussão:**

Para entender a questão da desigualdade e da violência é necessário comparar os indicadores sociais, números e dados que se tornam mais expressivos se comparados com outros países, estados e cidades.

O que os adolescentes fazem para não se envolverem com o crime? Como eles driblam as dificuldades sociais a fim de melhorar sua qualidade de vida?

O que os órgãos governamentais tem feito para melhorar a qualidade de vida das pessoas excluídas socialmente? Quais são as propostas para reduzir o índice de violência?

Que sentido tem a vida de milhões de crianças brasileiras que vivem na miséria? Quem se responsabiliza por elas? Por que um problema tão angustiante e vergonhoso permanece sem soluções efetivas, agravando-se cada dia mais, num círculo vicioso que não se rompe?

*\*Clarissa Marin Colleto é advogada do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu - CEDEDICA.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ADORNO, S. (1995). A violência na sociedade brasileira: Um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, 10, 299-342.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. (1990). *Diário Oficial da União. Lei n.º 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- CASTRO, L. R. (1998). Infância e adolescência hoje. Em L. R. Castro (Org.), *Infância e adolescência na cultura de consumo* (pp.11-22). Rio de Janeiro: NAU.
- CRAIDY, C. M. (1998). *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: ArtMed.
- EBLAK, L. (6/12/1998). Adolescentes envolvidos em homicídios. *Folha de São Paulo*, 3, 1.

- IBGE. (1991). *Censo demográfico-resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios*. Fundação IBGE. Brasília, DF.
- PINHEIRO, P. S. (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, 9(1), 43-52.
- TAYLOR, I., Walton, P. & Young, J. (1980). *Criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- VIOLANTE, M.L.V. (1997). A perversidade da exclusão social. Em D. L. Levisky (Org.), *Adolescência e violência: Conseqüências da realidade brasileira* (pp. 53-62). Porto Alegre: Artes Médicas.
- ZALUAR, A. (1995). Crime, medo e política. *Sociedade e Estado*, 10, 391-416.
- ZALUAR, A. (1996). Crime e castigos vistos por uma antropóloga. Em M. C. L. Bingermer & R. S. Bartholo (Orgs.), *Violência, crime e castigo* (pp. 55-84). São Paulo: Loyola.

## “VI UMA REALIDADE QUE ME ENVERGONHA”.

*Manoel José da Rocha Neto\**

Agradeço a Deus e ao Cededica, a oportunidade de como estagiário participar dessa pesquisa, cujo resultado é agora dado a público

Na condição de ex-conselheiro, me vi em uma situação diferente da de meus colegas, posto que muitos dos jovens vítimas da violência em nossa Cidade, passaram pelo Conselho Tutelar, e eram, portanto meus conhecidos.

Em alguns casos, eu não lembrava dos nomes e dos endereços, mas os familiares sempre lembravam de mim. Ouvi alguns depoimentos interessantes, vi uma mãe dizer com sua linguagem simples “Se o conselho tivesse para onde encaminhar meu filho, ele estaria vivo”. Ela quis dizer, se houvesse políticas públicas, se meu filho tivesse tido oportunidades. Ela não sabia falar termos difíceis, mas sabia que há um órgão que deveria ter agido, mas apesar da boa vontade de seus membros, o Poder Público, não cumpriu com sua função ao não oferecer: Creches, cursos profissionalizantes, centro de desintoxicação, etc.

Vi famílias que apesar da experiência traumática da perda de um filho, conseguem acreditar que algo pode ser feito para que outros não passem pelo que elas passaram e passam.

Envergonhei-me, por que apesar de 16 anos do ECA, muito ainda há que ser feito. Envergonha-me viver numa cidade onde a morte de tantos jovens já não assusta nem incomoda a quem deveria se sentir responsável.

Envergonha-me a realidade, que não posso mudar sozinho, mas que não desistirei de sonhar pois é possível mudar.

*\*Manoel José da Rocha Neto é acadêmico de Direito e estagiário do CEDEDICA.*

## ADOLESCENTES MORTOS: NADA A DECLARAR

*José Afonso de Oliveira\**

**RESUMO:** pesquisa realizada pelos alunos do curso de Direito da UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu faz o levantamento das causas de homicídios juvenis de Foz do Iguaçu. Levantados os dados, foram os familiares entrevistados para que se pudessem apurar detalhes sobre a morte e, principalmente, quais são as suas causas fundamentais.

Assim sendo várias entrevistas foram realizadas, a partir dos atestados de óbitos fornecidos pelo Cartório de Registro Civil. Com essas informações foram realizadas as pesquisas de campo, visitando-se as famílias das vítimas de homicídios.

Tem-se assim uma visão panorâmica e mais abrangente da violência na cidade de Foz do Iguaçu, estudando-se os seus aspectos mais vulneráveis, na medida em que as vítimas são jovens que poderiam muito bem estar nos nossos colégios e no mercado de trabalho.

De outra forma qual a apuração que é feita pelas autoridades sobre os assassinatos juvenis na cidade. Qual o interesse da sociedade na solução e esclarecimento de toda essa problemática. Será que a nossa sociedade está preocupada com esse fenômeno ou simplesmente entende que ele é “natural”, “normal”.

É exatamente para esclarecer esses e outros aspectos que a pesquisa foi realizada, tendo por objetivo, uma vez conhecendo melhor as causas poder dar um atendimento preventivo mais efetivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Homicídio. Sociedade. Estado. Jovem.

### 1. INTRODUÇÃO

Há pelo menos nos últimos anos um recrudescimento no número de jovens assassinados na cidade de Foz do Iguaçu. Se em 2001 tínhamos registrado 31 homicídios agora esse número saltou para 59, entendendo que esse aumento pode estar relacionado com diversas circunstâncias.

Como a cidade de Foz do Iguaçu vem sofrendo toda uma crise econômica bastante acentuada, em grande parte, devido à fiscalização do contrabando, através do Paraguai, temos assim um recrudescimento dos índices de violência na cidade, refletindo também sobre o aumento do número de homicídios entre jovens.

Da mesma forma também muitos desses jovens pesquisados procedem de famílias de baixa renda, onde os pais, na sua grande maioria são pedreiros e as mães vivem dos trabalhos domésticos, do lar, como se pode verificar. Isso implica em baixos níveis de renda, variando na sua grande maioria entre um e dois salários mínimos, bastante baixo para manter um determinado nível de vida social. No entanto, podemos também destacar que boa parte das famílias possuem casa própria o que já indica uma determinada melhoria de condição de vida.

Localizados quase todos na periferia da cidade, onde também casualmente, ocorrem os homicídios, isso indica também a ausência de atendimento às pessoas, consideradas pobres e marginalizadas da sociedade. O não atendimento de determinadas demandas sociais, implica, evidentemente, nas condições de vida bastante precárias.

Ora, a cidade de Foz do Iguaçu, tende a ser uma cidade de perfil turístico, segundo consta em todos os trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial etc. No entanto tem baixo nível de renda, o que indica também aqui uma má distribuição de renda, excessivamente concentrada nas mãos de poucos.

Outro fator a salientar na cidade de Foz do Iguaçu é que ela sempre esteve voltada para o setor terciário da economia, não agregando fatores de produção econômicos. Assim viveu fases ou ciclos econômicos, como sendo, os mais recentes ligados à construção da hidrelétrica de Itaipu, ou do comércio com Ciudad Del Este no Paraguai.

Assim sendo pouco foi efetivado no sentido de construir bases sólidas econômicas na cidade o que motivaria a geração de riquezas com maior estabilidade. No momento em que o comércio com o Paraguai vai ser regularizado, de acordo com normas aprovadas pelos países membros do MERCOSUL, temos agora situações de conflito muito explícitos, onde o aumento do número de homicídios entre os jovens é revelador de toda essa situação encontrada.

Se nos atermos a obra de Luis Mir, estamos verdadeiramente vivendo um estado de guerra civil, possivelmente tão ou mais violento que guerras declaradas, mundo afora. Com a agravante que essa guerra que vivemos não foi clara e explicitamente declarada por nenhum dos envolvidos.

## **2. A TRAGÉDIA**

Onde se instala a tragédia. Verificando o caso dos 50 homicídios pesquisados nos defrontamos com a idade das vítimas variando de 16 à 18 anos.

Junto a esse fator temos o nível de escolaridade das vítimas. Grande número, 46% afirmaram não estudarem. Os que estudam, na sua grande maioria freqüentam a quinta série, logo em seguida com outros na oitava série. Em todos os casos, uns mais, outros menos, praticamente todos que estudam se encontram fora da faixa etária, indicando terem abandonado alguns anos, ou serem repetentes.

O número muito elevado dos que não estudam pode indicar falta de colégios ou, mesmo com sua existência normal, grande parte dos alunos abandonam os estudos por vários motivos.

De qualquer maneira claro que o sistema educacional apresenta-se como sendo ineficiente para atender às necessidades dessa população. Currículos desatualizados ou métodos ultrapassados fazem com que o sistema educacional funcione muito precariamente, permitindo essa imensa tragédia de abandono dos estudos, altos índices de repetência, invocando tratar-se de um sistema ineficiente para a população.

É de se notar também que a maioria das vítimas estudavam em horários noturnos, motivo pelos quais tinham tempo disponível durante o dia para realizarem pequenos trabalhos, ajudando a sobrevivência da família ou, na ociosidade, como revelam muitos, poderem ter contatos com grupos de amigos vivendo de pequenos delitos, até mesmo a execução de roubos. Foi praticamente reconhecido que a maioria das vítimas já tinha algum passado policial, especialmente motivado por roubos ou questões de drogas, sendo muitos deles possuidores de armas de fogo.

De qualquer maneira temos aqui dois componentes fundamentais para o aumento da criminalidade, a ausência de um sistema educacional eficiente, agregado com a falta de emprego, ampliando os espaços de ociosidade existentes.

Esses fatos também são confirmados quando os adolescentes afirmam que, na ausência de divertimentos, eles ficam mais com amigos em conversas e em grupos. Não tendo praças de esporte, teatro, ou locais para o desenvolvimento dessas e outras atividades, estando completamente ausente o lazer, eles se tornam presa fácil de grupos que podem levar ao cometimento de atos criminosos.

Portanto a ineficácia ou até mesmo a ausência do Estado em determinados bairros periféricos da cidade de Foz do Iguaçu propicia o desencadeamento de atos criminosos, dadas as condições existentes que são encontradas.

Na há, por parte do poder público, a menor preocupação ou sensibilidade para atender às demandas dos jovens, buscando prevenir atos mais violentos.

Assim entendemos que nos levantamentos que estão sendo realizados, a partir de 2000, lentamente vai aumentando o número de homicídios entre os jovens, sem que nenhuma, absolutamente nenhuma ação venha a ser executada, visando, atendidas algumas causas, reduzir o número de vítimas.

É na educação que o fator é mais sentido, necessitando, no dizer de Paulo Freire que a escola deve ser prazerosa. Isso corresponde aquilo que está agora acontecendo no mundo do trabalho, onde este deixou de ser um castigo, de origem calvinista para ser algo prazeroso.

Mas é preciso também desenvolver a criatividade, como De Masi ensina em sua obra que trata da constituição de grupos criativos. Assim iremos encontrar várias saídas, muitas soluções para os problemas que estamos enfrentando na área educacional. Evidente que educar adolescentes de periferias urbanas marginalizados não é tarefa fácil, porém extremamente necessária se desejamos uma sociedade mais equilibrada, com melhores índices de qualidade de vida.

### **3. O DESCASO**

Qualquer um de nós que tivesse um parente próximo, vítima de homicídio não teria sossego enquanto tudo não fosse, devidamente esclarecido e os culpados detidos pela autoridade competente.

No entanto a maioria das vítimas tem apenas inquérito policial em andamento sem que haja qualquer conclusão. Os assassinos não foram presos, se bem que muitas pessoas ligadas às vítimas reconhecem quem são os assassinos.

Isso simplesmente quer dizer que os assassinos, apesar de conhecidos, estão

completamente impunes, prontos para outros atos violentos.

Essa situação apresenta o completo descaso das autoridades competentes, implicando, claramente, na manutenção de um estado perene de violência.

É interessante também notar que a maioria das pessoas entrevistadas afirma que os homicídios ocorreram por conta de vingança. Não seria estranho se entendêssemos esse fato como sendo vingança no sentido de delatar os possíveis assassinos de outros homicídios, ou de forma ainda mais clara, de envolvimento das vítimas com o tráfico de drogas.

Podemos assim também entender que esses dados revelam a existência do crime organizado na cidade de Foz do Iguaçu, fazendo suas vítimas, especialmente entre jovens que atuam no rota do tráfico de drogas.

Como a grande maioria das vítimas são do sexo masculino de cor parda, aliados aos quesitos de nível sócio-econômico, podemos assim melhor entender a ausência do Estado no que tange ao andamento dos processos e a detenção dos assassinos. Imaginar o caso diferente em que as vítimas são de cor branca e de nível sócio-econômico elevado, certamente teríamos a punição dos assassinos, realizada de forma exemplar.

Podemos também admitir que, dada a inação do Estado na condução dos processos criminais, é muito possível e bem provável que assassinos soltos possam também ser executados pelos parentes da vítimas dos homicídios, gerando um clima permanente de tensão e alta violência. Esse fato deve existir sim, pois que há casos em que não se consegue entender, com clareza, os motivos dos homicídios, sempre havendo essa possibilidade de atos de vingança, oriundos da impunidade, por parte do Estado.

Isso faz também com que a população, especialmente marginalizada e de baixa renda, com baixo nível cultural e educacional possa entender que, sendo o Estado ineficiente para resolver as questões pertinentes à violência, pode-se buscar outras soluções, extra legais, com o intuito de ter assegurado um clima de segurança para todos. Isso pode levar à execuções sumárias, fato este que vem acontecendo, sem que ninguém queira se pronunciar sobre o assunto, deixando a entender que existem aspectos dos homicídios que não devem ser mesmo esclarecidos.

Isso acaba se transformando numa verdadeira espiral de violência, sendo muito difícil encontrar formas de romper toda essa seqüência. Como podemos resolver o problema?

#### **4. AGUISADE CONCLUSÃO**

A problemática da violência deixa de ser algo fácil de ser resolvido, dado os vários envolvimento que encontramos. Primeiramente compete ao poder judiciário encontrar os culpados e puni-los, caso contrário a violência tende a se alastrar, conforme vem acontecendo. Pelo número crescente de homicídios entre os jovens, temos claramente essa visão.

Em segundo lugar e, possivelmente, seja esse o aspecto mais importante, é preciso pensar em algumas soluções de prevenção. As mesmas só podem ser feitas, de

imediatamente, se agirmos com o que temos nos bairros, especialmente no atendimento aos jovens. Por isso as escolas e colégios cumprem aqui um papel fundamental e central.

Como fazer com que o sistema educacional possa efetivamente mudar a vida desses jovens, de sorte a dar-lhes uma perspectiva de vida, longe da criminalidade. É um desafio e tanto mas que tem que ser tentado.

Professores, pais e funcionários dos colégios e escolas devem estar envolvidos, buscando soluções adequadas para os alunos que estão em suas salas de aula. O forte é sempre o trabalho pedagógico, entendendo que a ciência é universal e temos mesmo a obrigação de ensinar os nossos alunos a pensarem cientificamente. Por mais difícil que seja fazer isso hoje, é fundamental que seja realizado.

Em segundo lugar estimulando toda uma série de atividades curriculares e extra curriculares que possibilitem níveis elevados de conhecimento científico-tecnológico, de sorte a poderem os alunos entenderem a importância de todo esse trabalho educacional.

Temos a enorme vantagem de que os pais dos alunos entendem que a educação é algo fundamental para o futuro de seus filhos, o que realmente eles poderão deixar para eles. Na condição de pobreza que vivem, a única riqueza é a educação, capaz de garantir um futuro diferente para eles.

De outra sorte é também preciso pensar em desenvolver esportes, artes etc, visando preencher tempos ociosos. Ora as escolas tem alguma prática com educação física, educação artística e outros procedimentos de sorte que pode colaborar enormemente para todo esse trabalho fundamental.

Não existe, a curto prazo, outras alternativas. É preciso trabalhar a educação sabendo que, na medida do sucesso dos vários empreendimentos, outras soluções vão sendo criadas, envolvendo número crescente de jovens.

O que realmente não podemos fazer é ficarmos de braços cruzados esperando que apareçam as próximas vítimas. A nossa indignação tem que ser transformada em atos concretos de superação desse estado de coisas que estamos pesquisando e verificando. Afinal a sociedade tem que resolver os seus problemas, de sorte a ter uma melhor qualidade de vida para todos..

*\*José Afonso de Oliveira é professor da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu e da União Dinâmica de Faculdades Cataratas.*

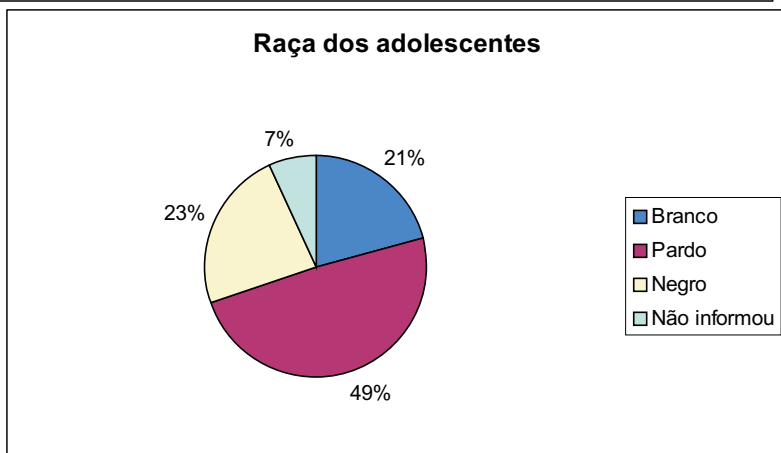
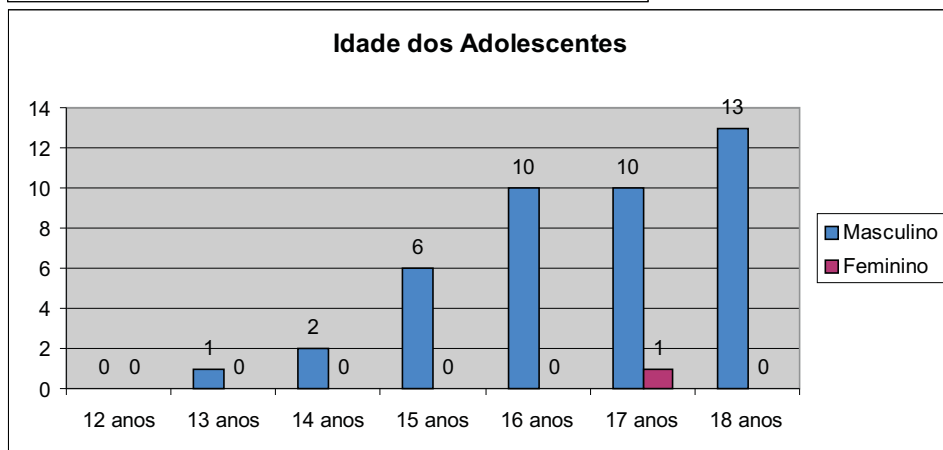
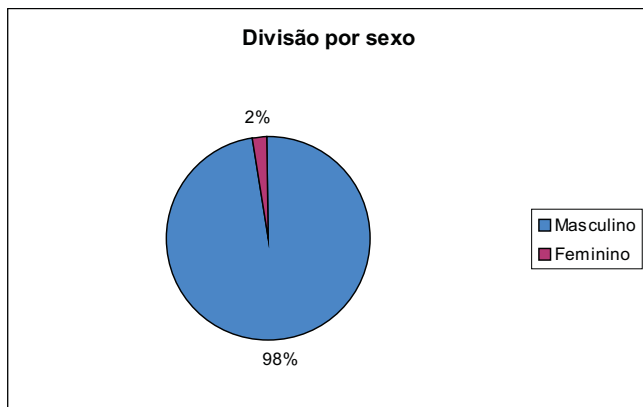
## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HIMANEN, Pekka A ética dos Hackers Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001  
GADOTTI, Moacir Paulo Freire uma bibliografia Cortez Editora, São Paulo, 1996  
DE MASI, Domenico Criatividade e grupos criativos, Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2002  
MIR, Luís Guerra Civil Geração Editorial, São Paulo, 2004

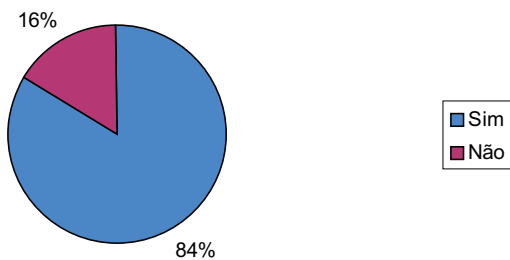
# **ANEXOS**

# Anexo I

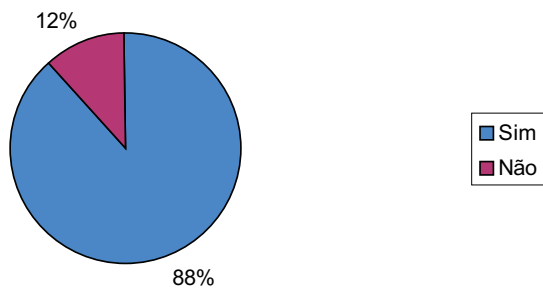
## Morte por homicídio



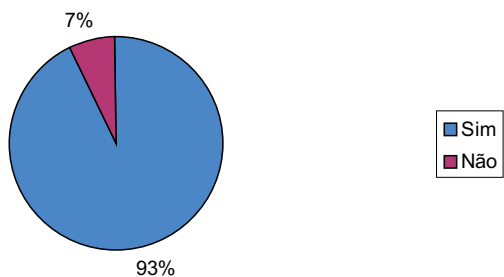
### O adolescente tinha pai?



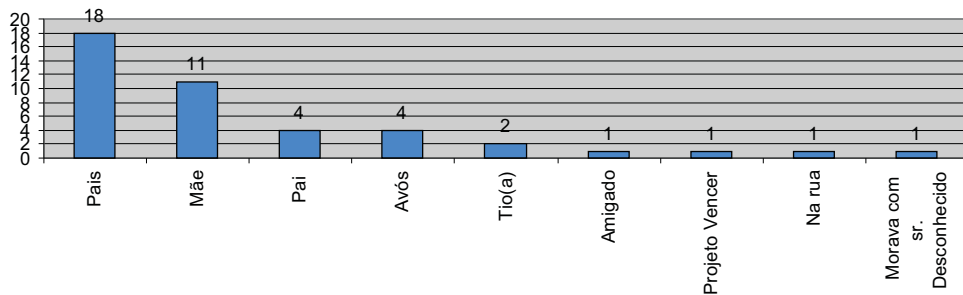
### O adolescente chegou a conhecer o pai?



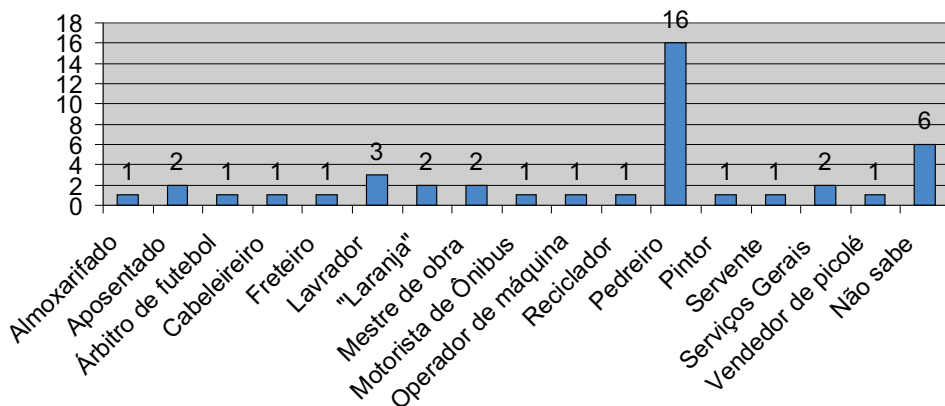
### O adolescente tinha mãe?



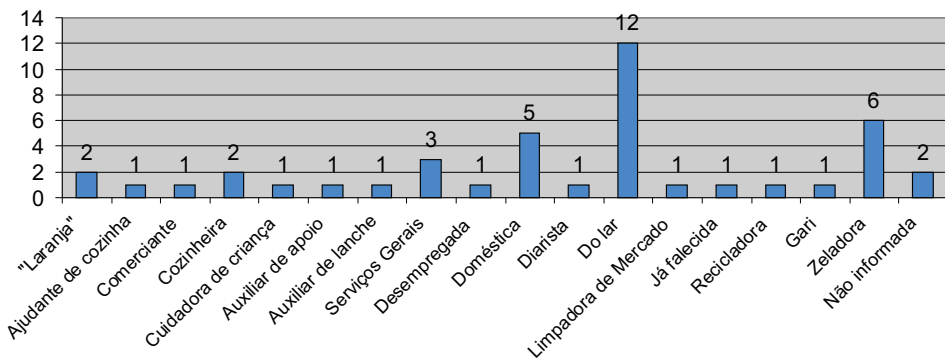
### Com quem residia o adolescente?



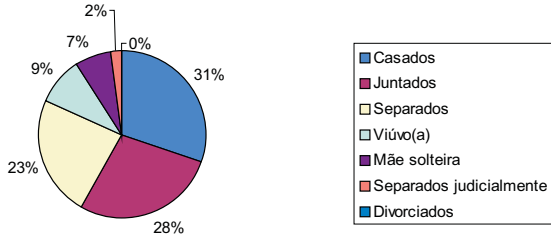
### Profissão do pai



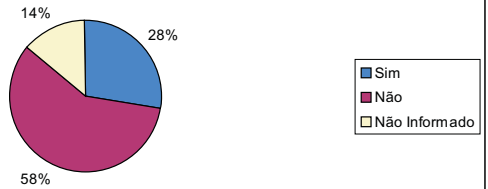
### Profissão da mãe



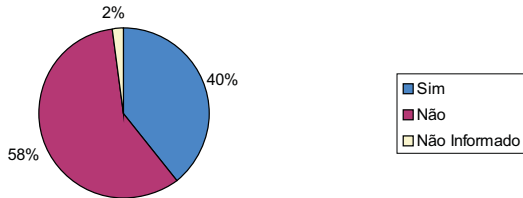
### Estado civil dos pais



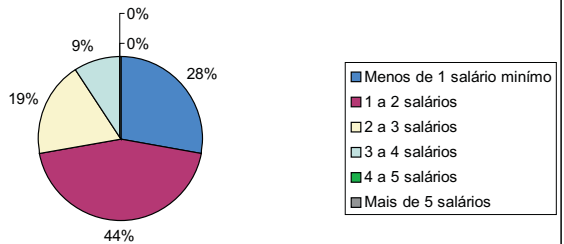
### O pai possui carteira assinada?

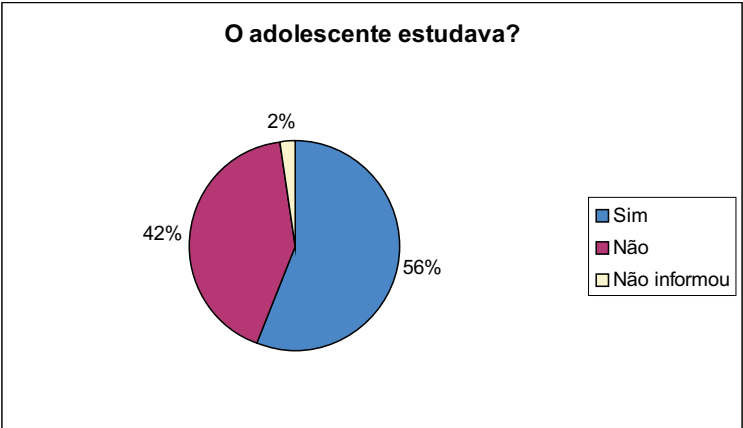
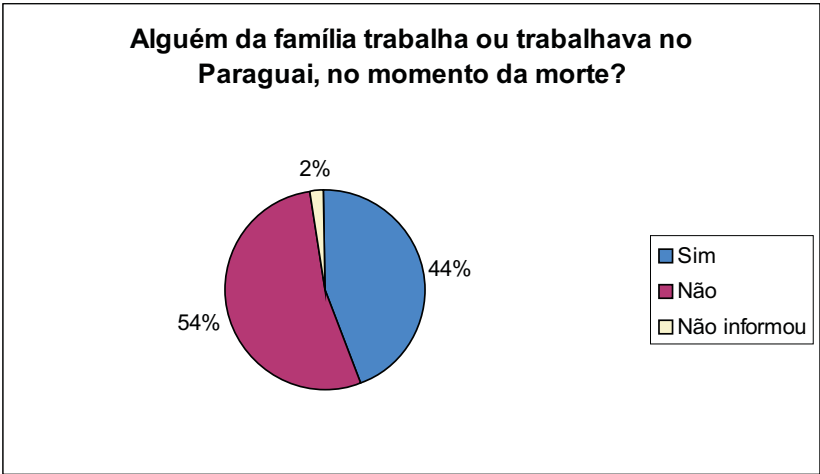
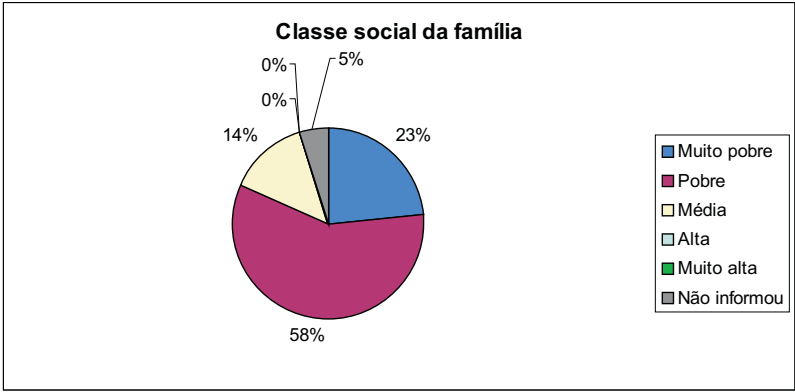


### A mãe possui carteira assinada?

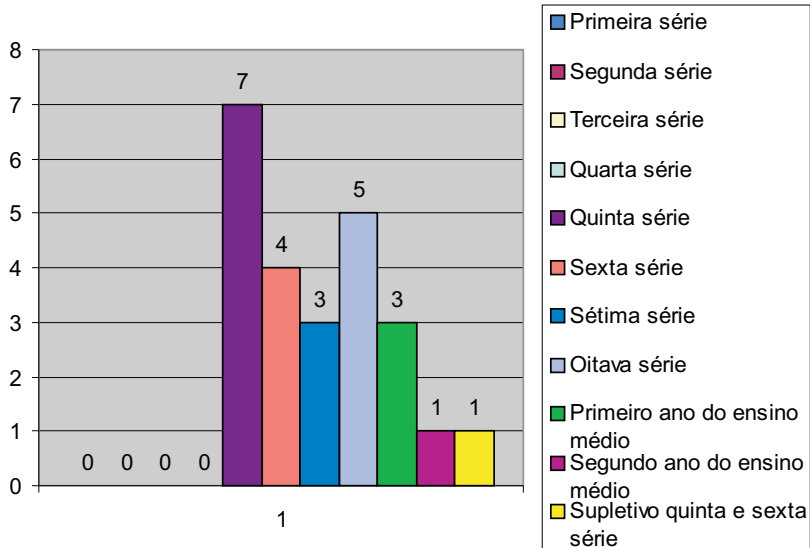


### Qual a renda familiar?

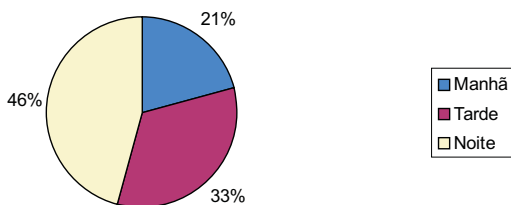




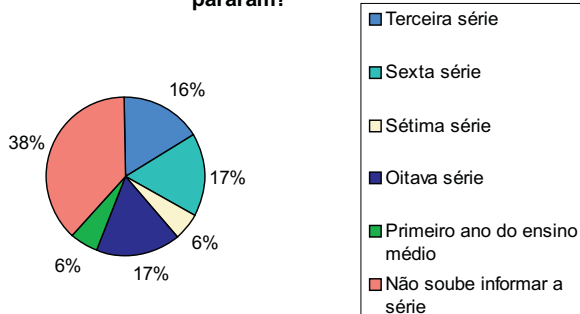
### Em caso afirmativo, qual ano cursava?



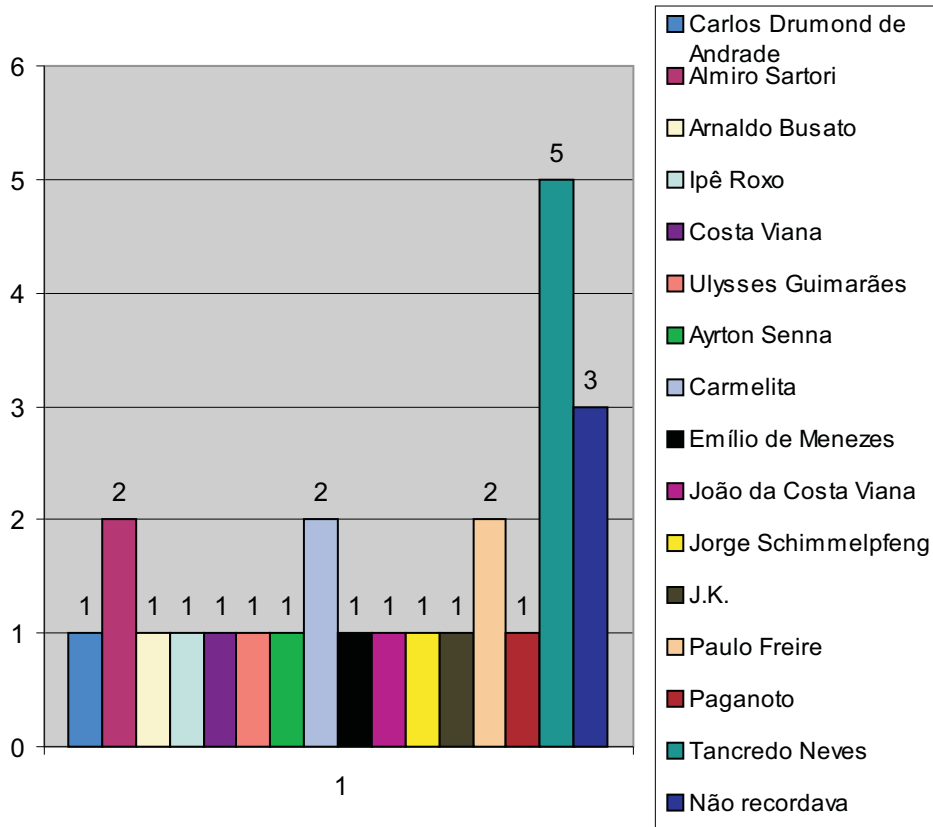
### Em qual turno estudava?



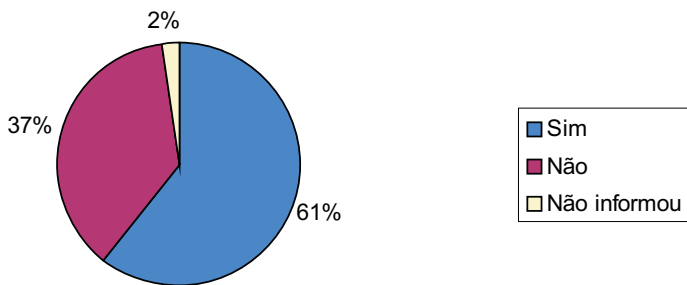
### Dos que abandonaram os estudos, em que série pararam?

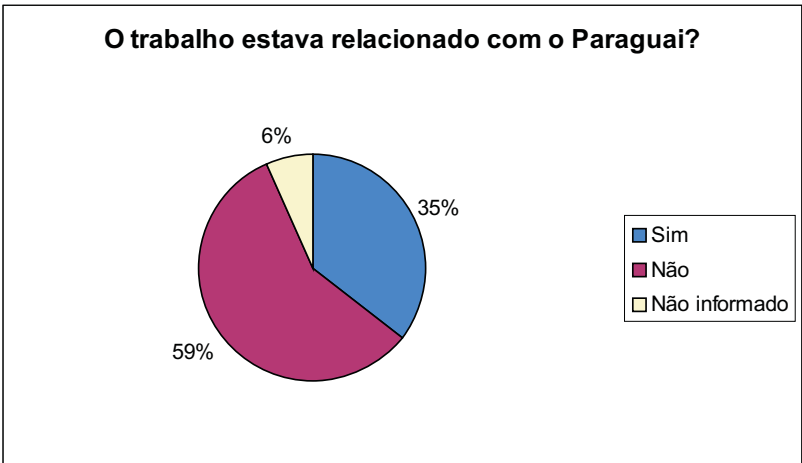
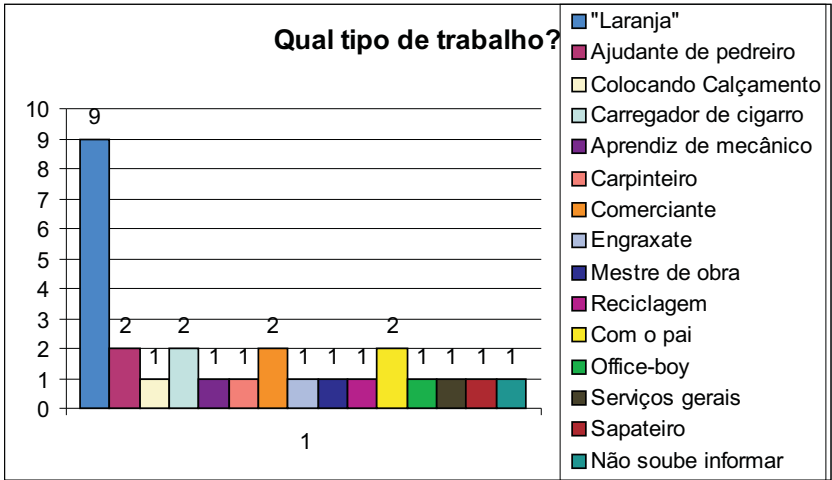
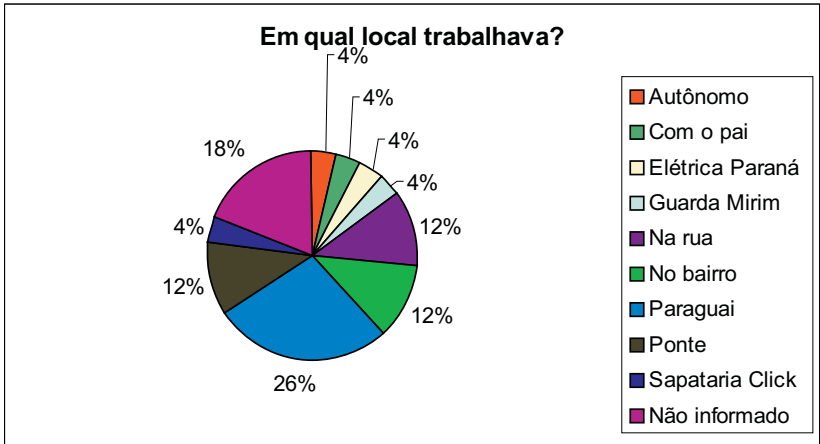


### Em qual colégio estudava?

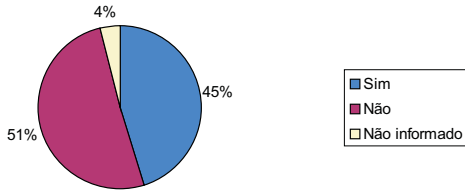


### O adolescente trabalhava?

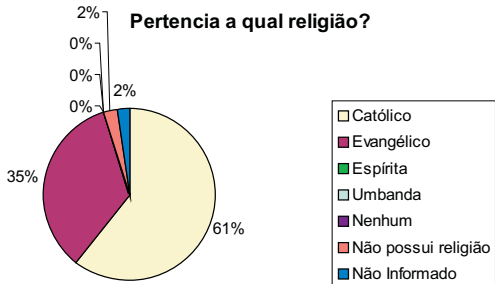




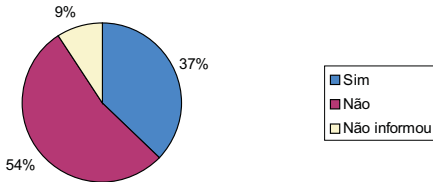
### O adolescente ajudava financeiramente em casa?



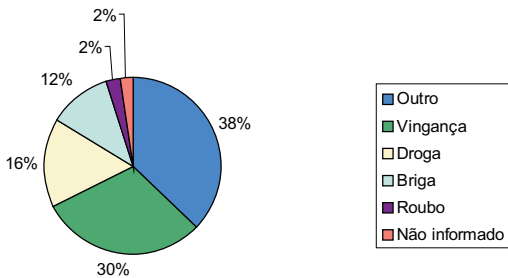
### Pertencia a qual religião?



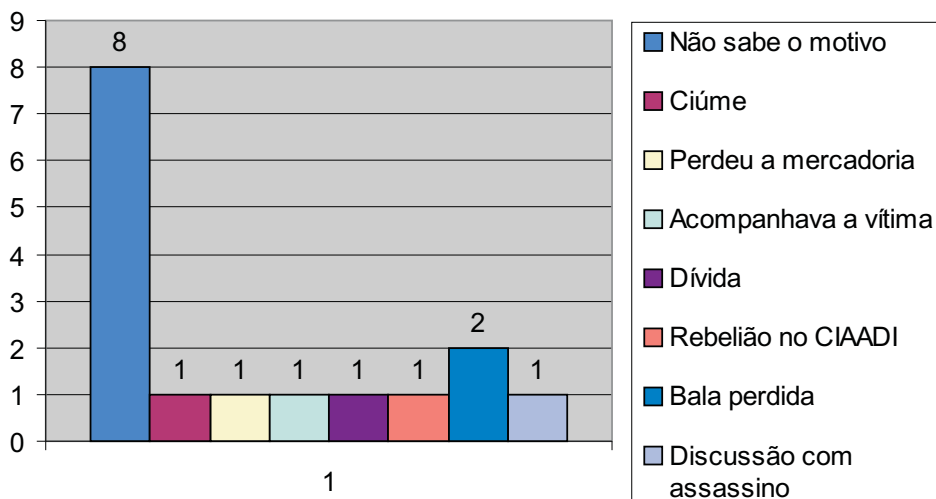
### Praticava a religião?



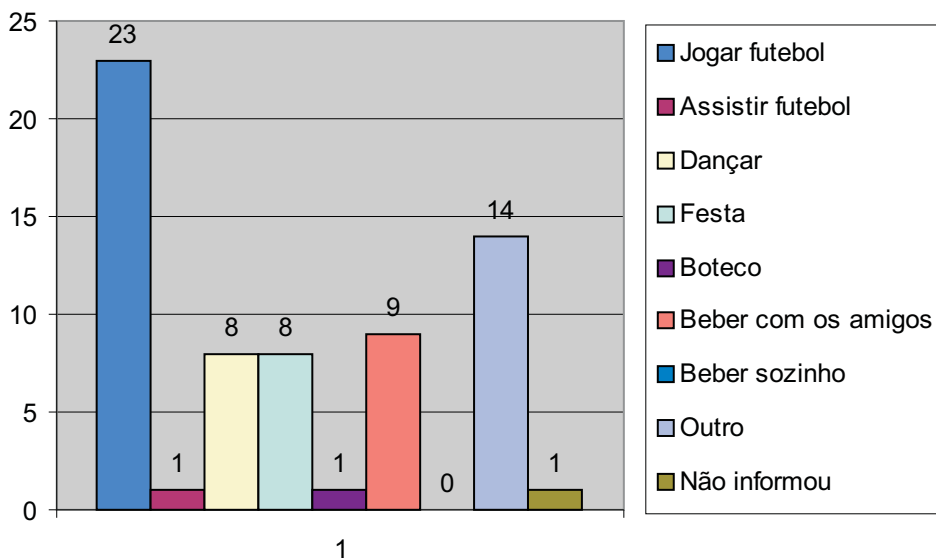
### Qual o motivo da morte?



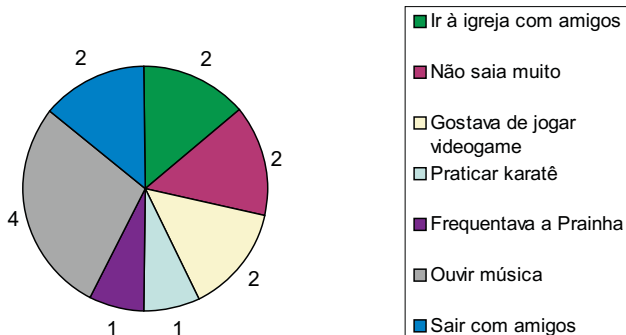
### Se foram outros, quais são os motivos?



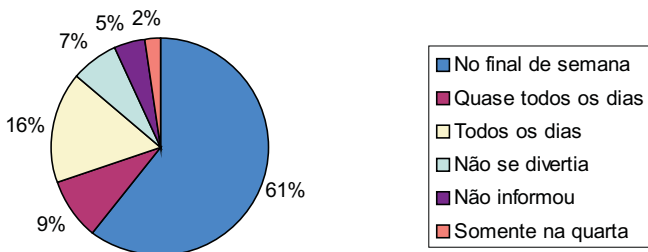
### O que o adolescente fazia para se divertir?



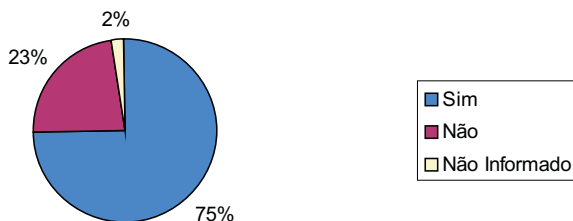
### Outros meios de se divertir?



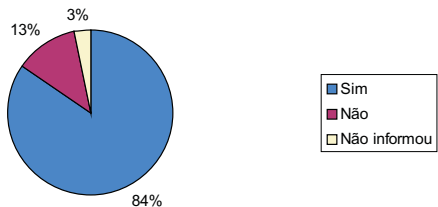
### Se divertia mais:



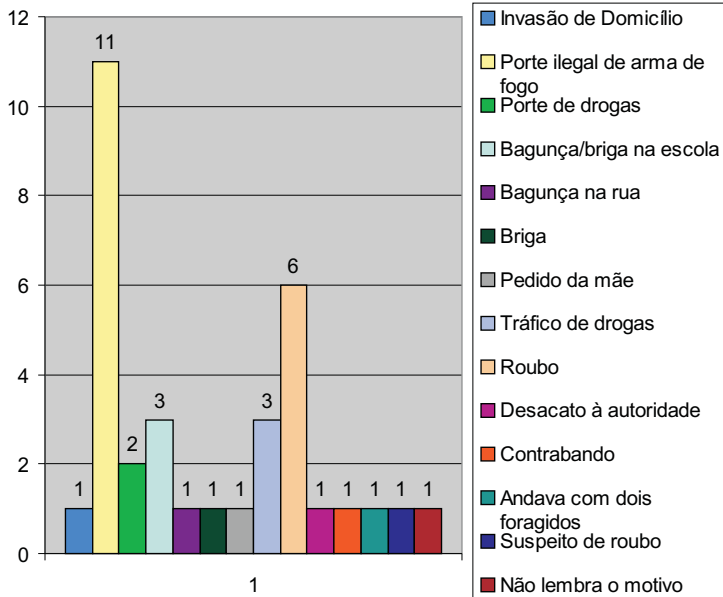
### O adolescente já tinha passagem em alguma instituição?



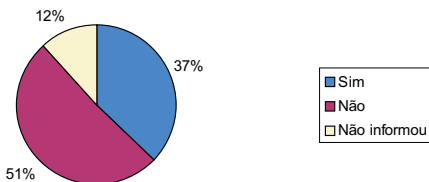
**Sabe dizer os motivos da passagem?**



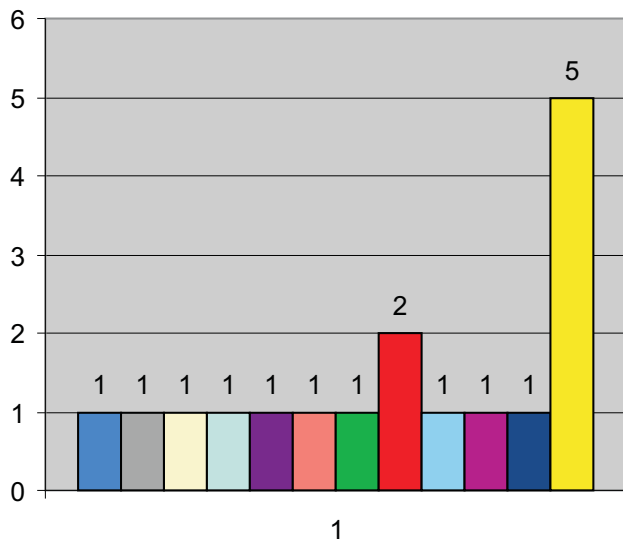
**Se sim, quais os motivos? (mais de uma alternativa possível por indivíduo)**



**Já foi atendido pelo Conselho Tutelar?**

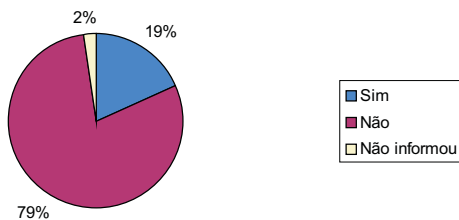


## Quais os motivos?

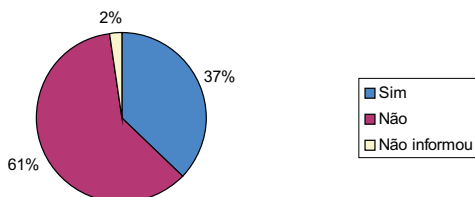


- Fugiu de casa
- Morte da mãe
- Ficava na rua
- Drogas
- Não queria estudar
- Vandalismo
- Relacionamento com rapaz de 26 anos
- Aconselhamento
- Suspeito de roubo
- Relacionado ao colégio
- Contrabando
- Não informou

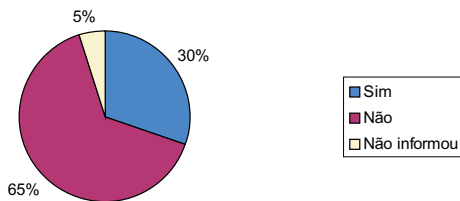
## O adolescente era briguento?



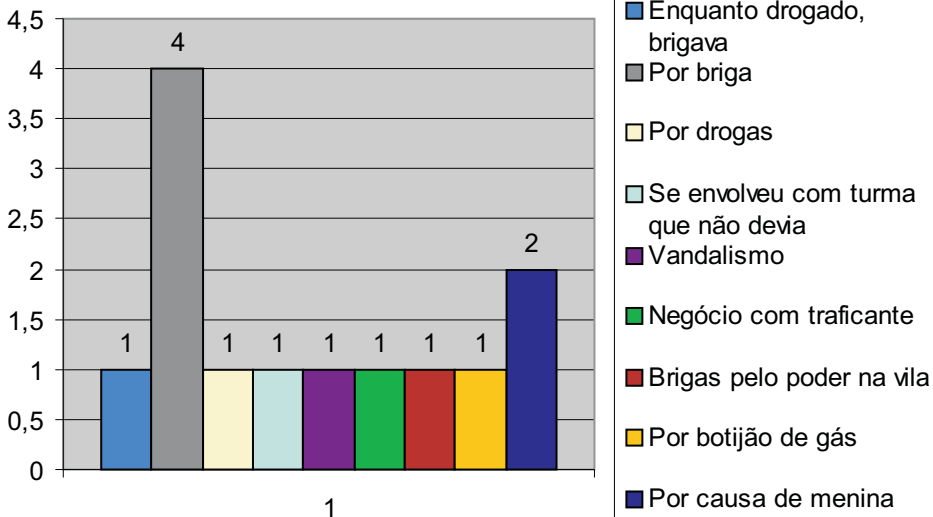
## O adolescente era esquentado?



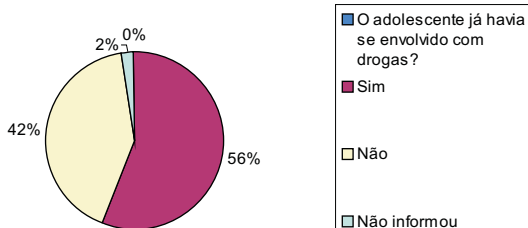
### Já tinha se envolvido em alguma confusão?

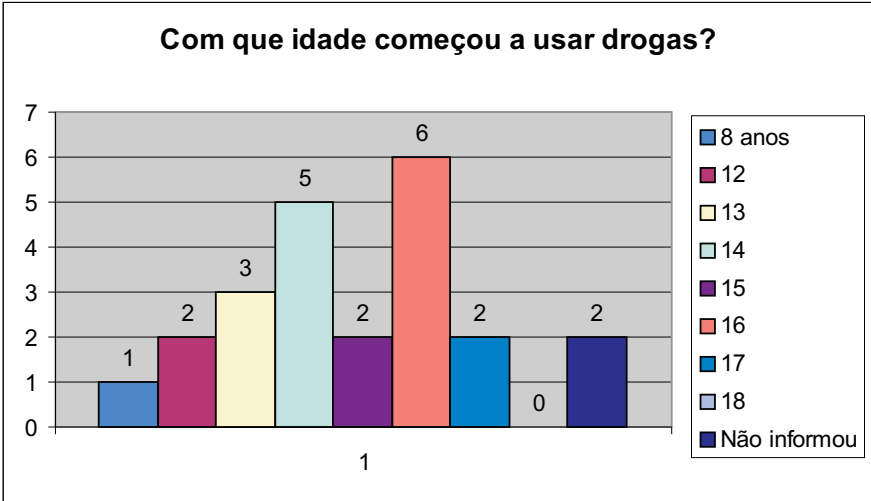
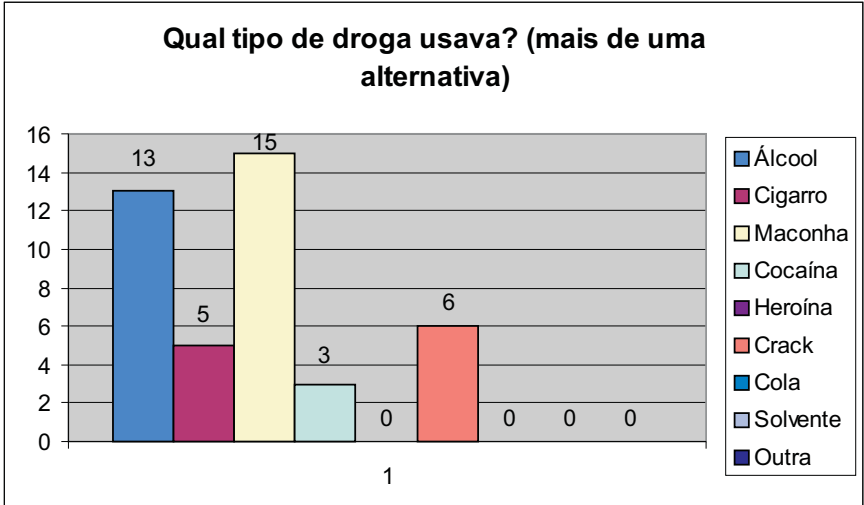
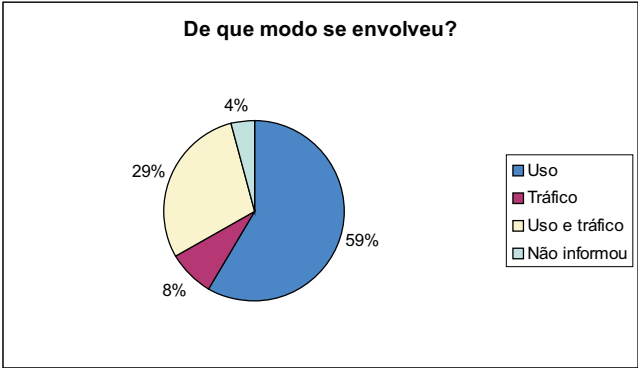


### Em caso afirmativo, quais os motivos?

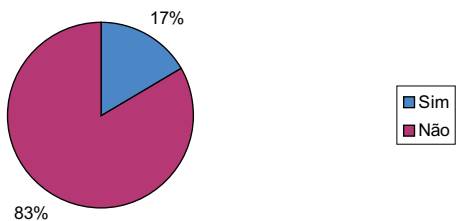


### O adolescente já havia se envolvido com drogas?

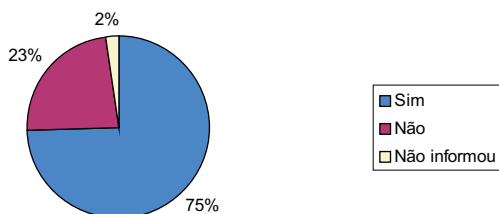




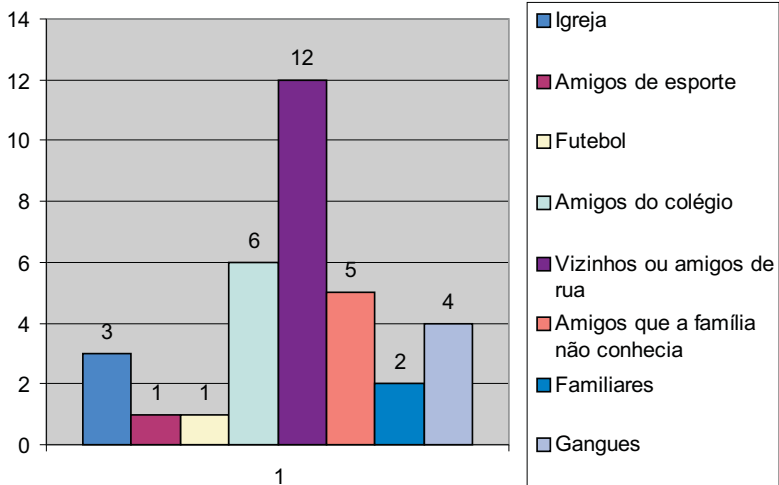
### Em caso de uso, fez tratamento p/ dependência?

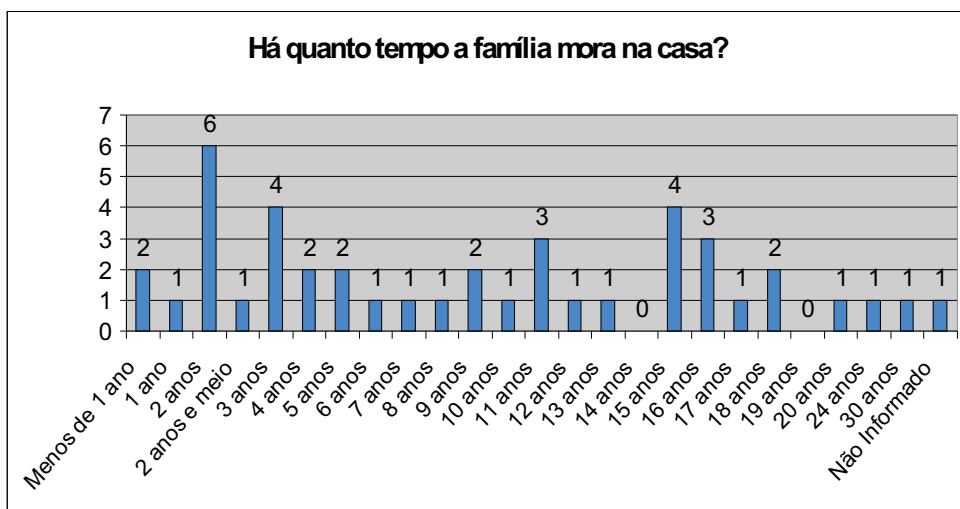
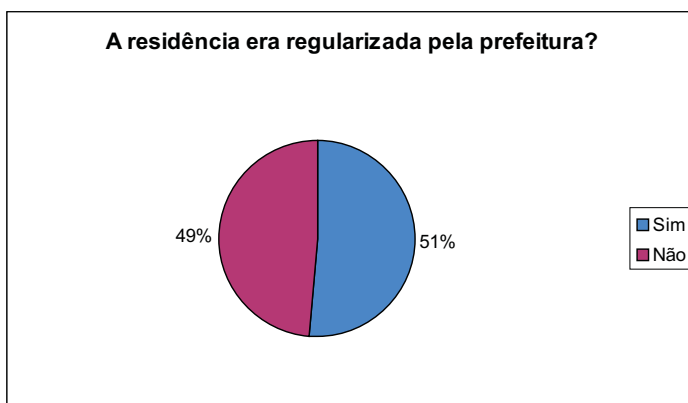
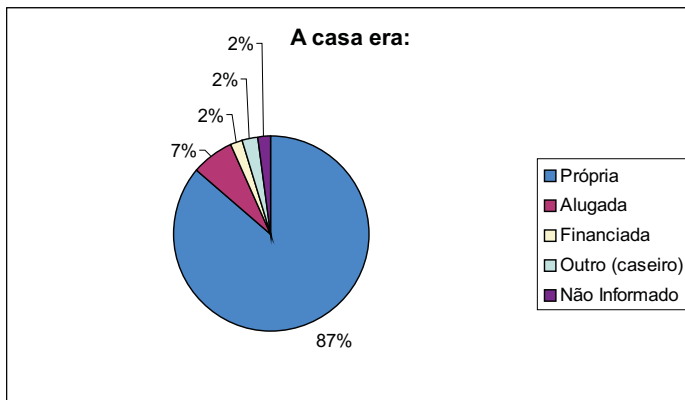


### Saía com frequência em grupo?

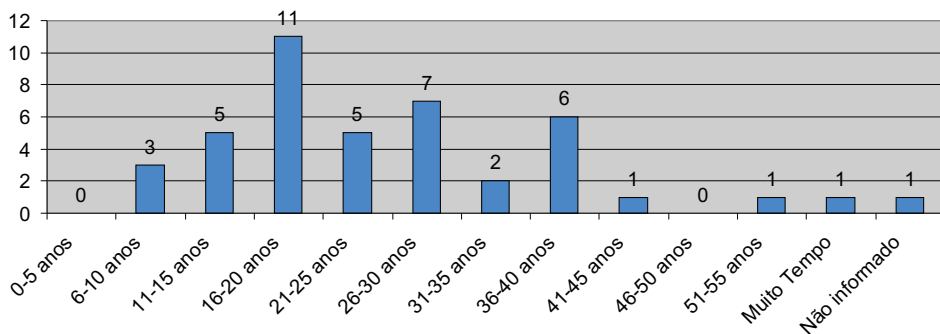


### Se sim, qual o tipo de grupo?

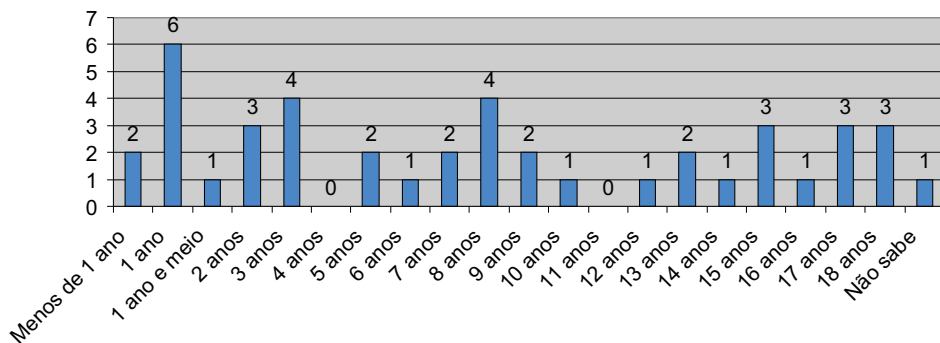




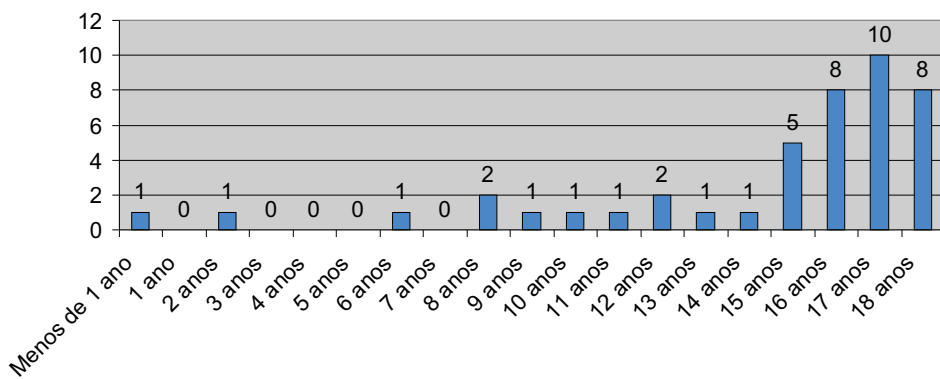
### Há quanto tempo a família mora na cidade?

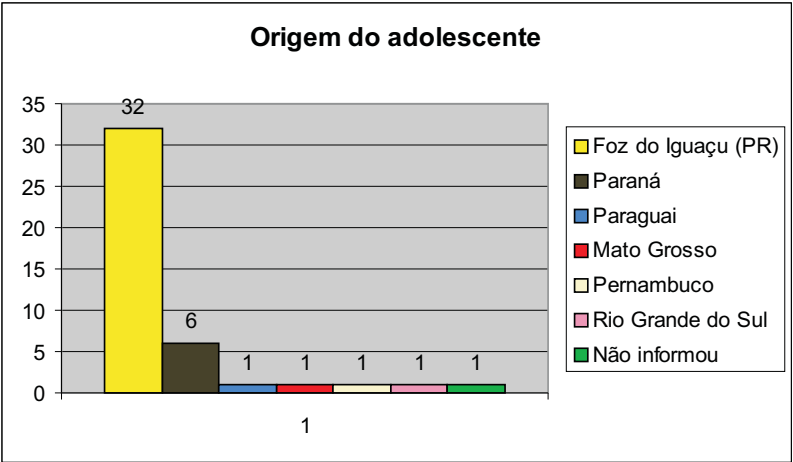
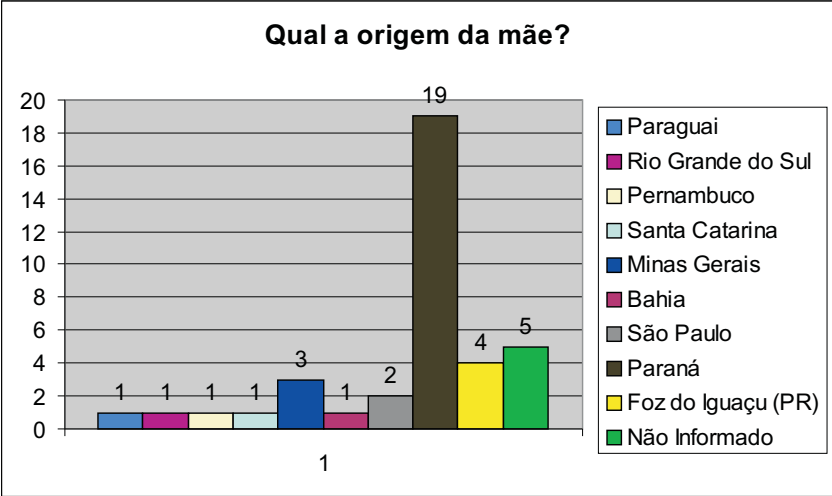
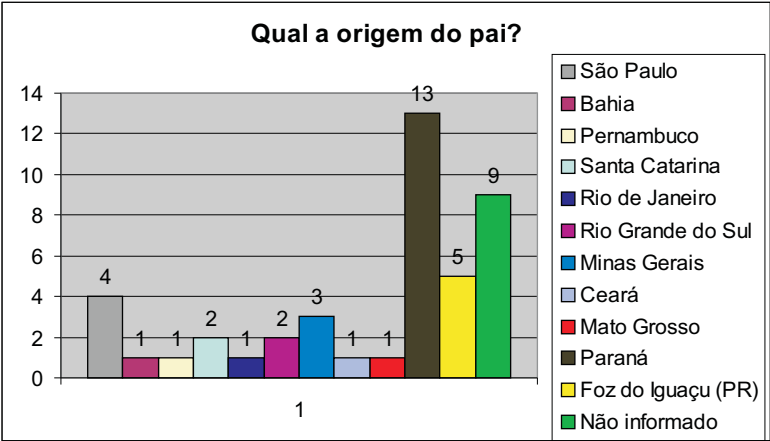


### Há quanto tempo o adolescente morava na casa?

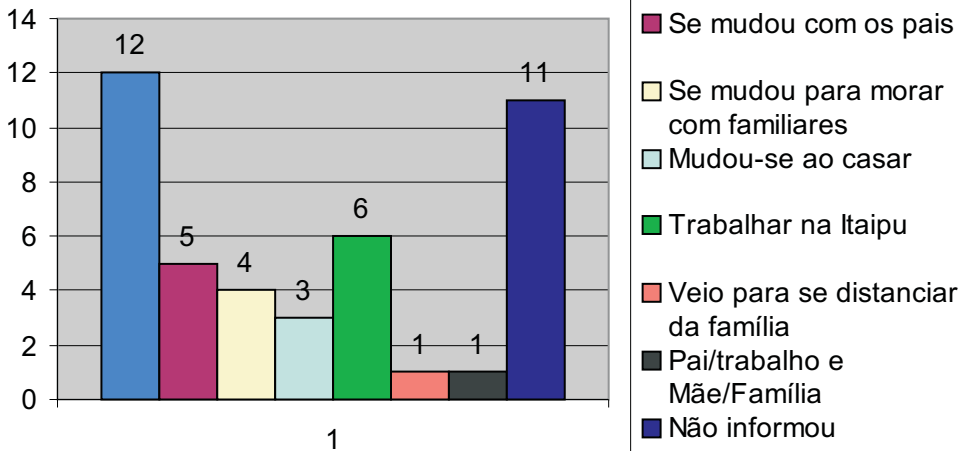


### Há quanto tempo o adolescente morava na cidade?

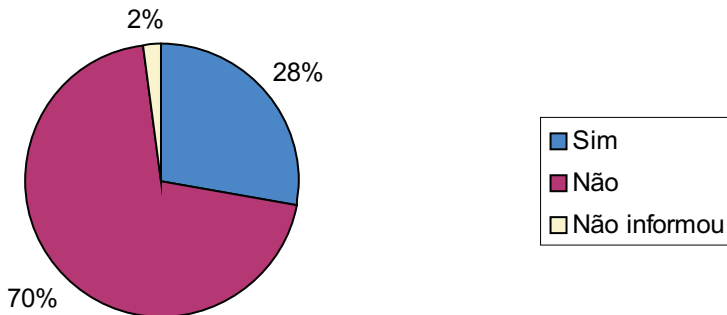




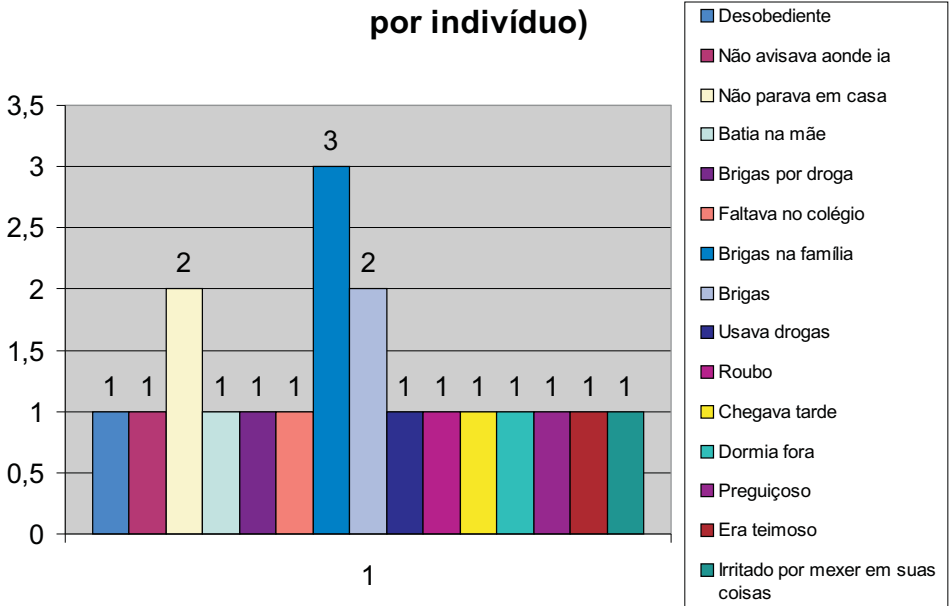
### Qual o motivo da vinda da família para Foz?



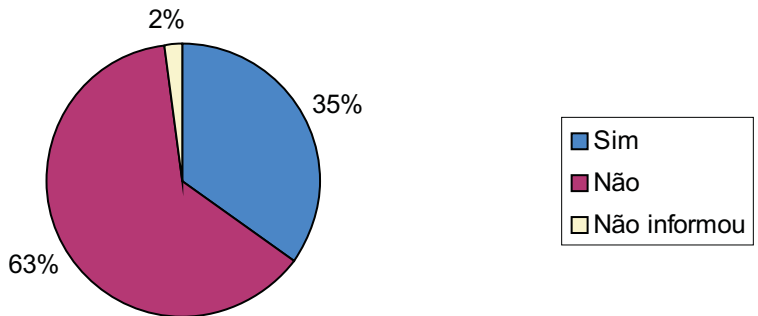
### O adolescente dava trabalho?



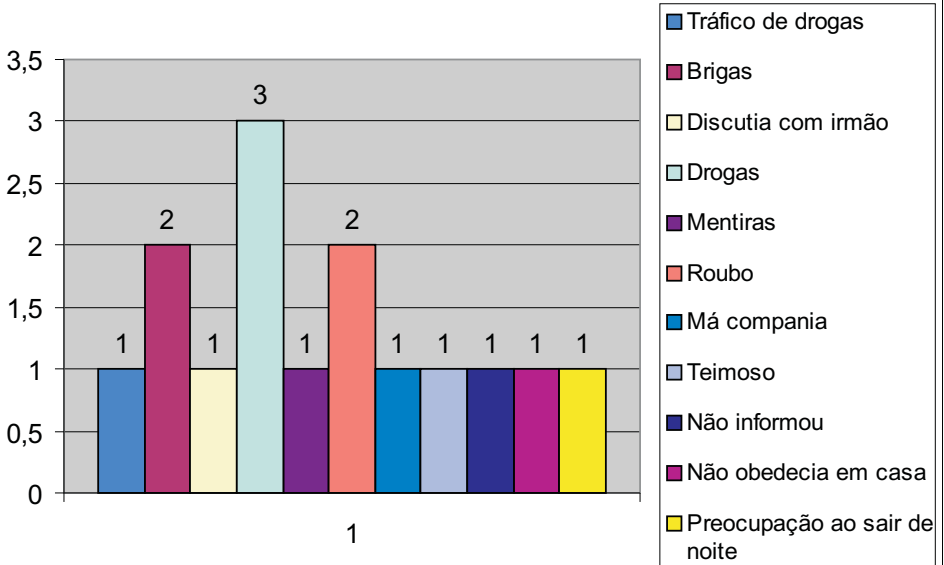
### Que tipo de trabalho? (mais de uma alternativa por indivíduo)



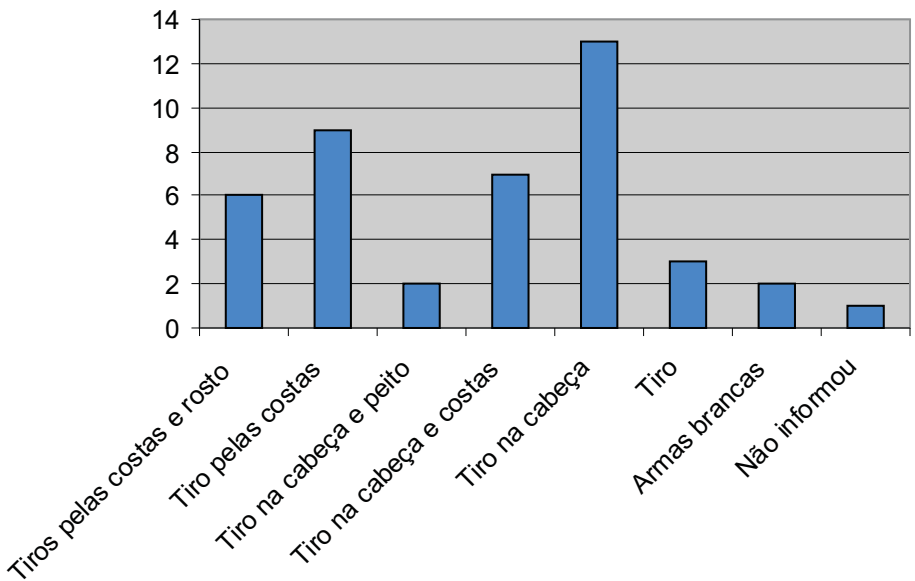
### O adolescente causava problemas à família?



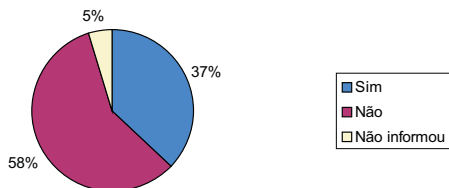
### Que tipo de problemas?



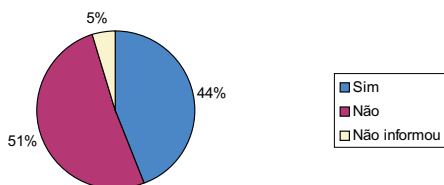
### Como ocorreu a morte?



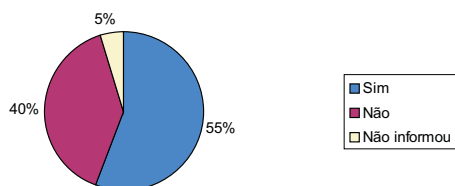
**Sabe se tinha alguém interessado na morte?**



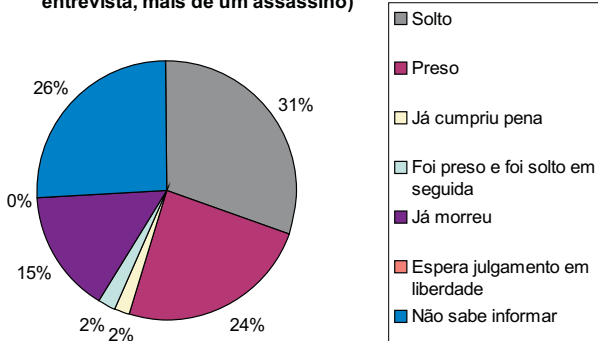
**A família conhecia o autor do crime?**



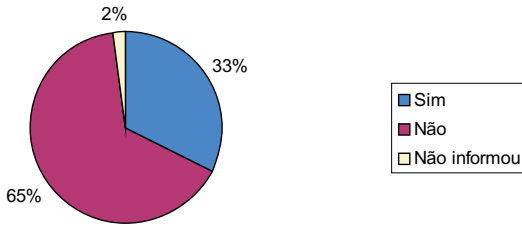
**Sabe informar quem é o autor do homicídio?**



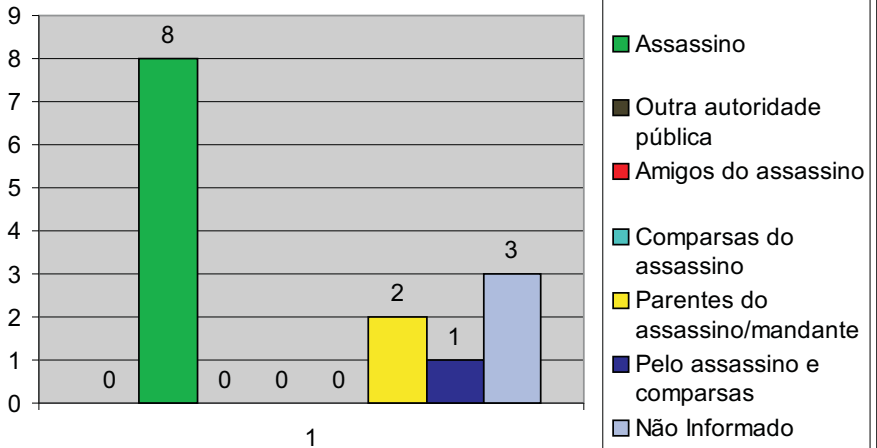
**O assassino está: (mais de uma alternativa por entrevista, mais de um assassino)**



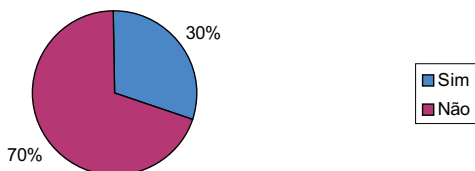
### A família se sentiu ameaçada após o crime?



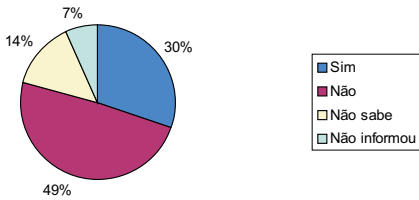
### Quem ameaçava a família?



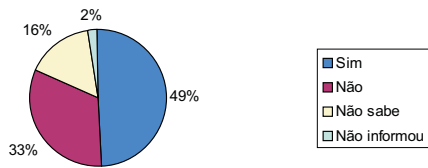
### A família se mudou após a morte do adolescente?



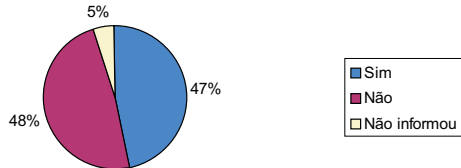
**O adolescente tinha arma de fogo?**



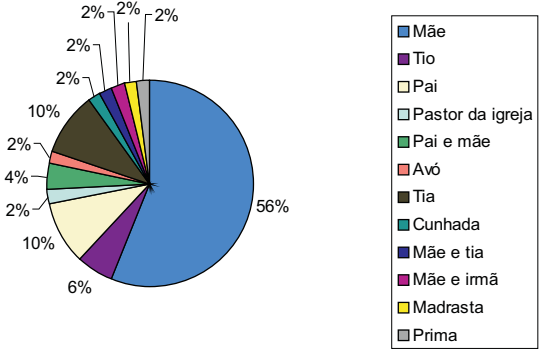
**O adolescente andava com outros adolescente ou pessoas que possuíam arma de fogo?**



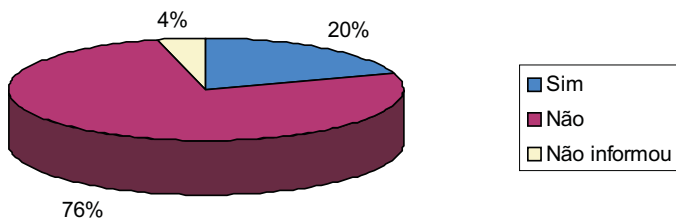
**Após o crime, a família foi chamada a prestar depoimento na polícia ou na justiça?**



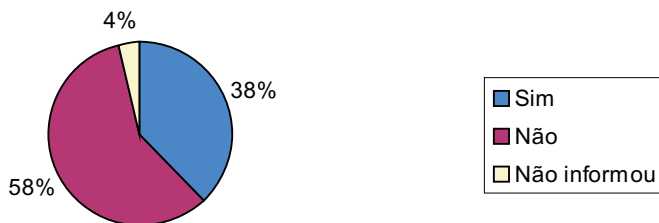
**Quem prestou informação sobre o adolescente**



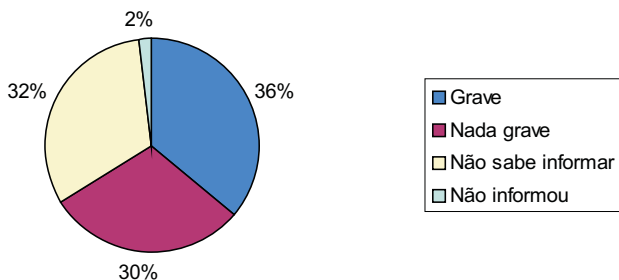
**A família possui outro adolescente em situação semelhante a que provocou a morte investigada**



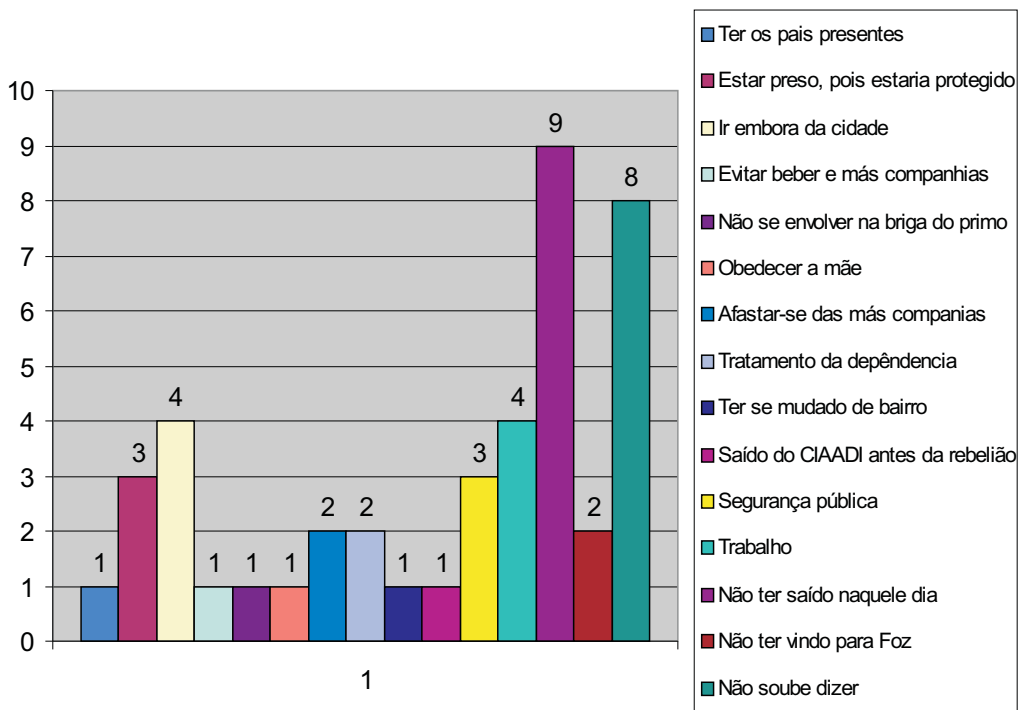
**O/a adolescente morto/a teve parentes vítimas de homicídios?**

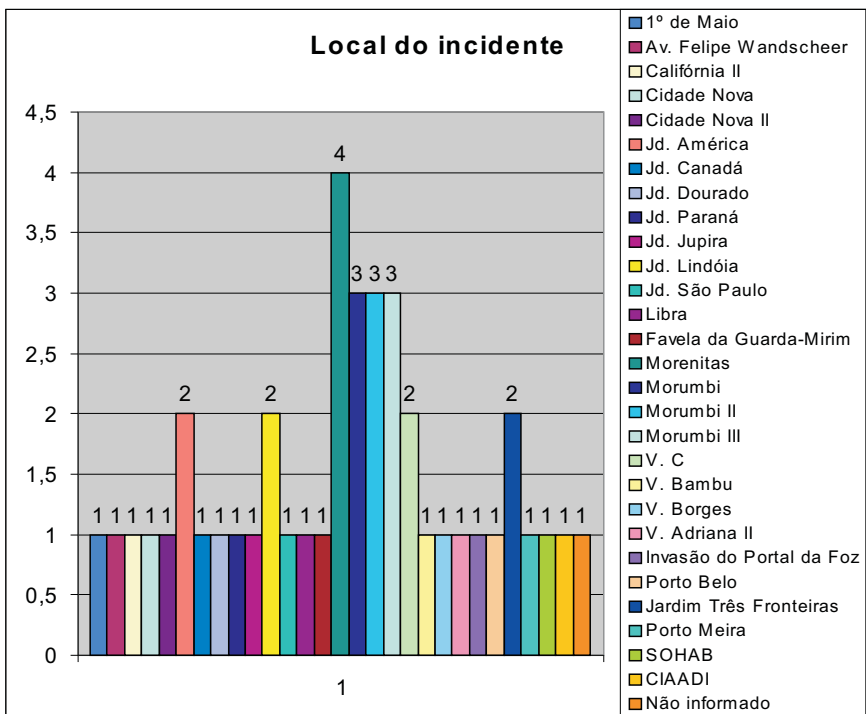
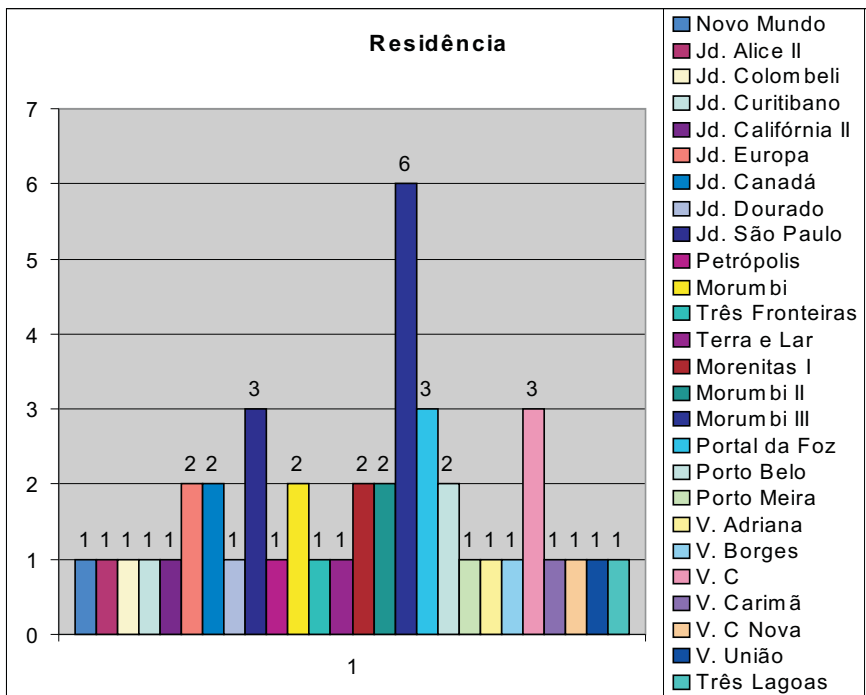


**A situação que levou a morte era:**



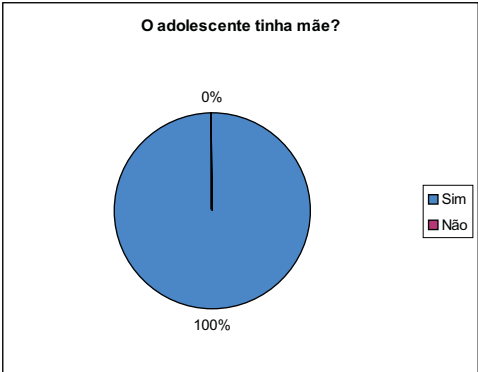
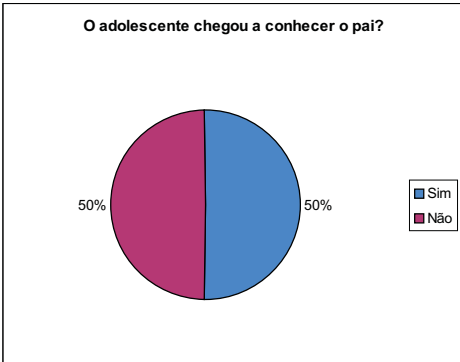
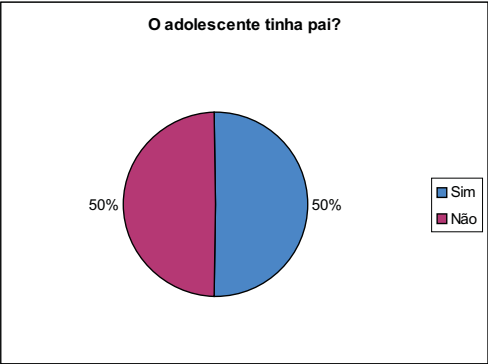
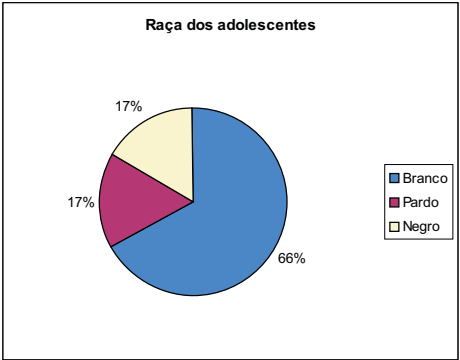
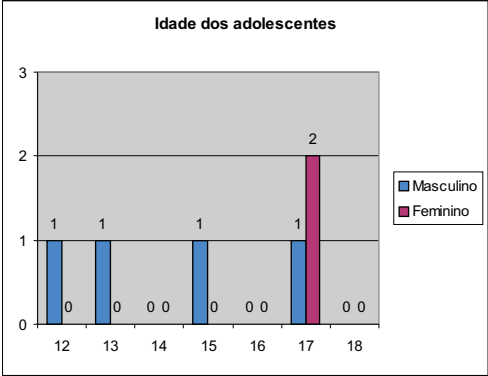
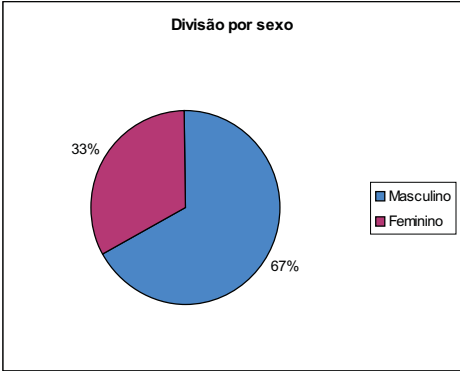
## O que poderia ter evitado a morte do adolescente?



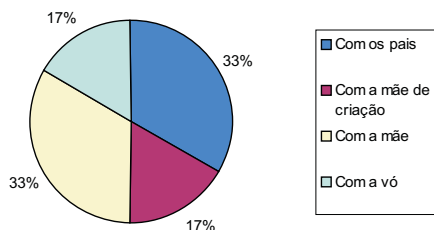


# Anexo II

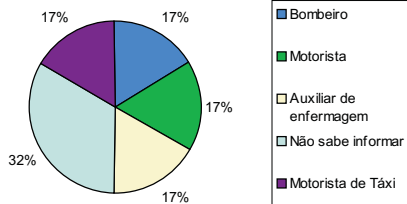
## Mortes por causas diversas do homicídio



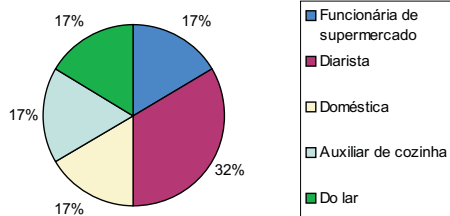
### Com quem residia o adolescente?



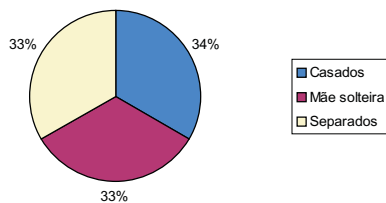
### Profissão do pai



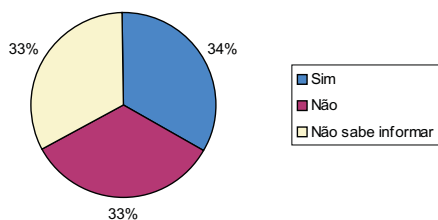
### Profissão da mãe



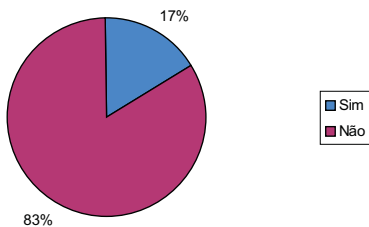
### Estado civil dos pais



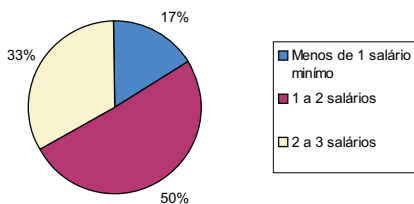
### O pai tem carteira assinada?



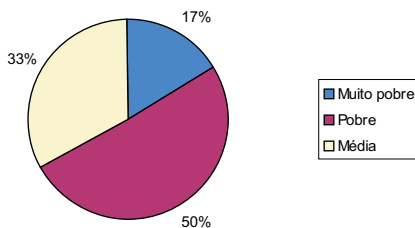
### A mãe tem carteira assinada?



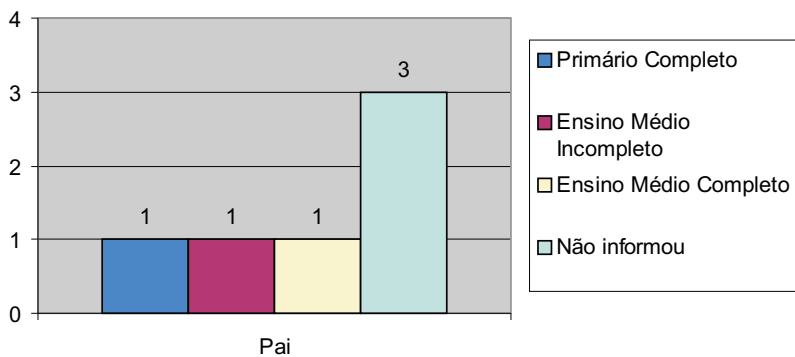
### Qual a renda familiar?

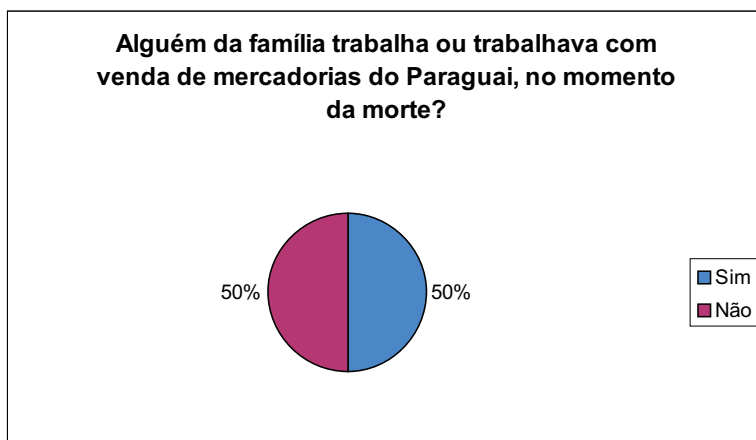
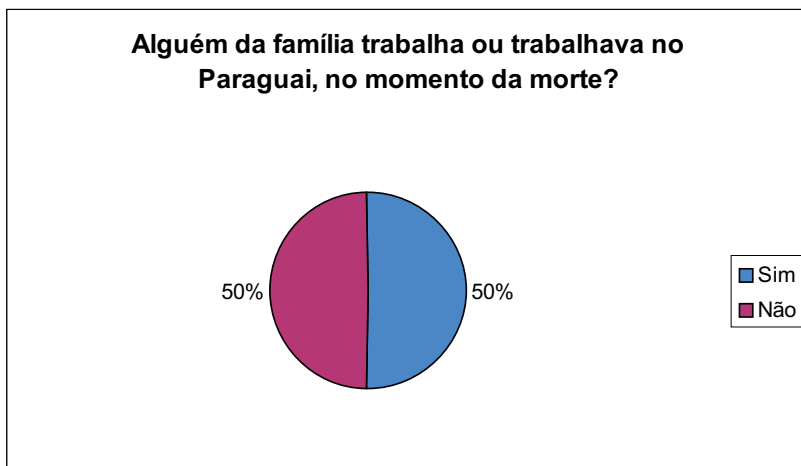
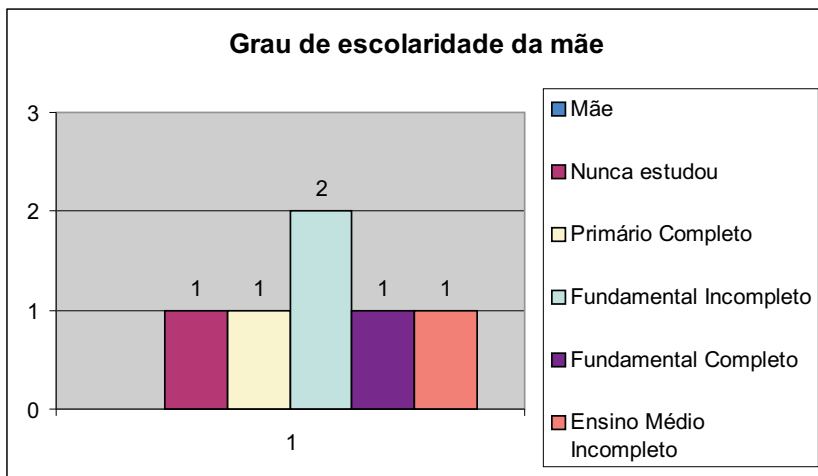


### Qual a classe social a que pertence?

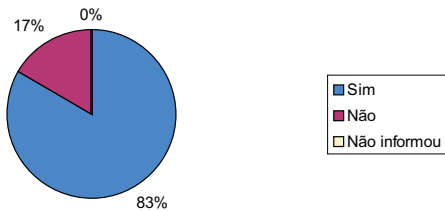


### Grau de escolaridade do pai

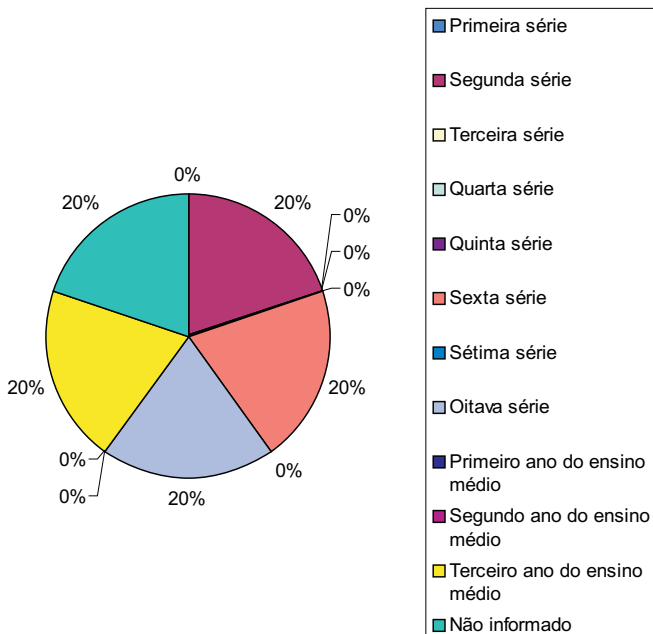




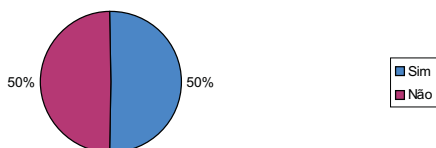
### O adolescente estudava?



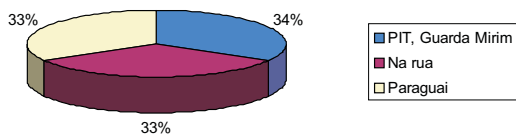
### Em caso afirmativo, qual ano cursava?



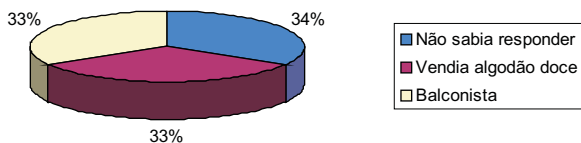
### O adolescente trabalhava?



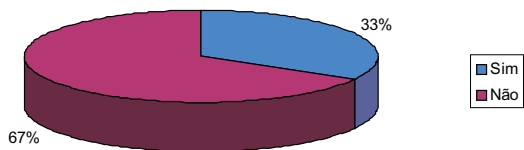
### Em caso afirmativo, em qual local?



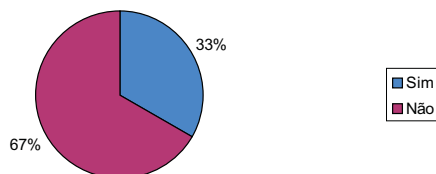
### Qual tipo de trabalho?

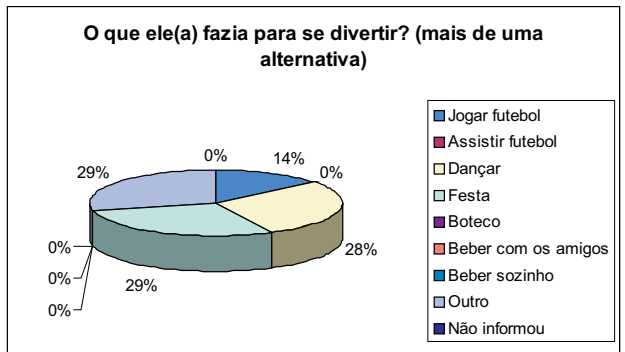
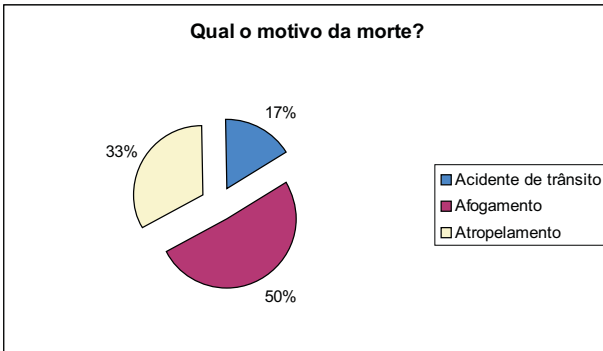
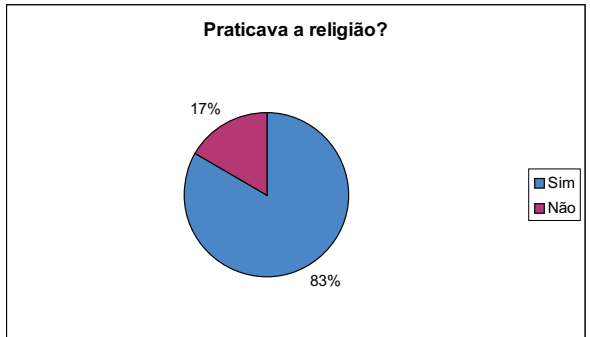
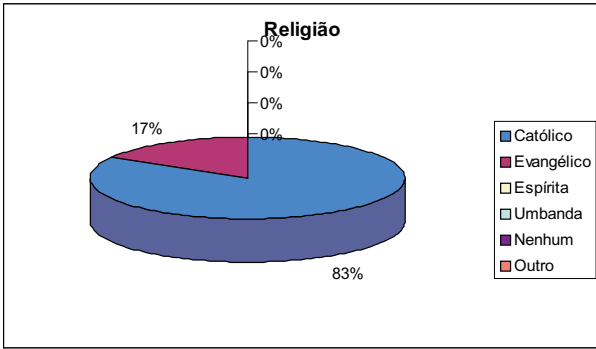


### O trabalho estava relacionado com o Paraguai?

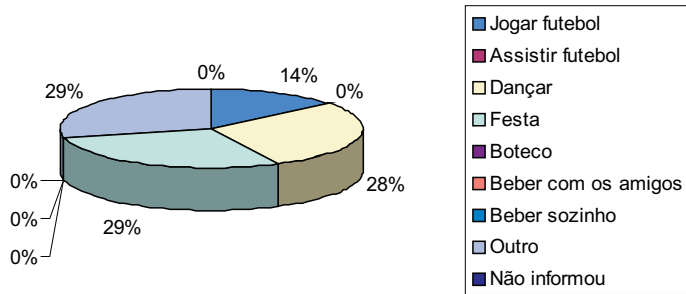


### O adolescente ajuda financeiramente em casa?

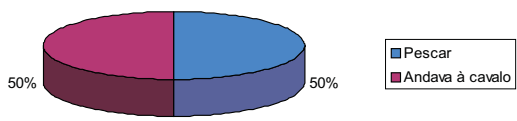




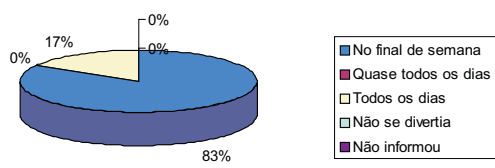
### O que ele(a) fazia para se divertir? (mais de uma alternativa)



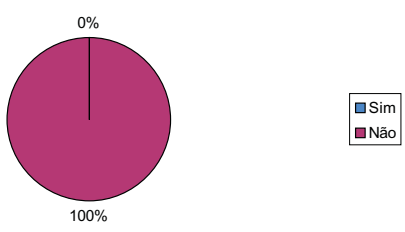
### Em caso de outro:



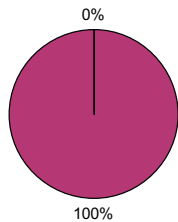
### Se divertia mais:



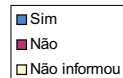
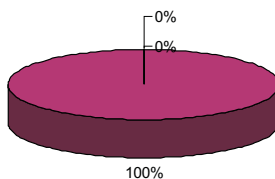
### O adolescente já tinha passagem?



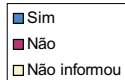
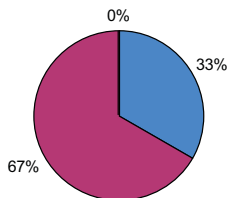
### Já foi atendido pelo conselho tutelar?



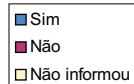
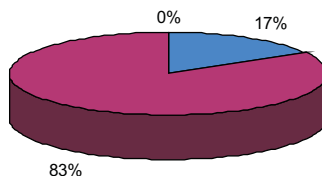
### O adolescente era briguento?



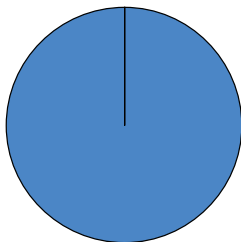
### O adolescente era esquentado?



### Já tinha se envolvido em alguma confusão?

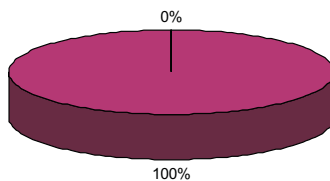


### Em caso afirmativo, quais os motivos?



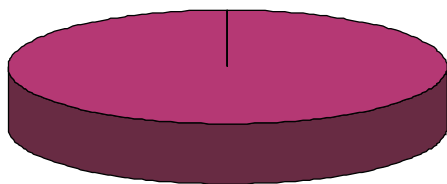
■ Briga por namorada no colégio

### O adolescente já havia se envolvido com drogas?



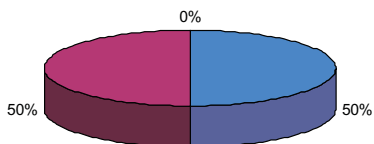
■ Sim  
■ Não

### Qual tipo de droga usava?



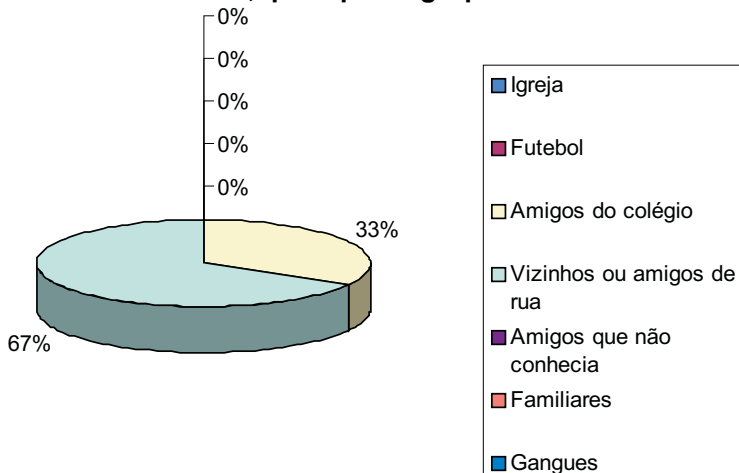
■ Álcool  
■ Cigarro  
■ Maconha  
■ Cocaína  
■ Heroína  
■ Crack  
■ Cola  
■ Solvente  
■ Outra

### Saía com frequência em grupo?

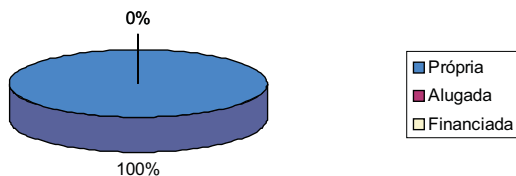


■ Sim  
■ Não  
■ Não informou

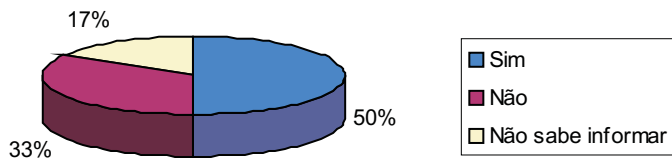
### Se sim, qual tipo de grupo?



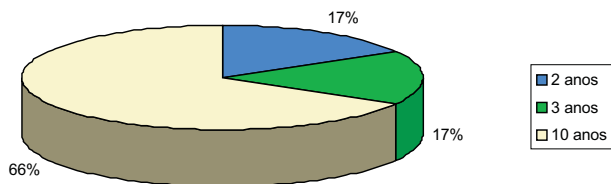
### A casa era:



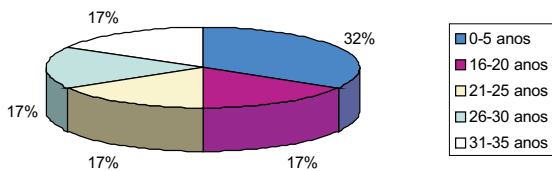
### A residencia era regularizada pela prefeitura?



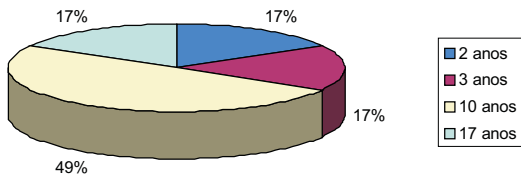
**Há quanto tempo mora na casa?**



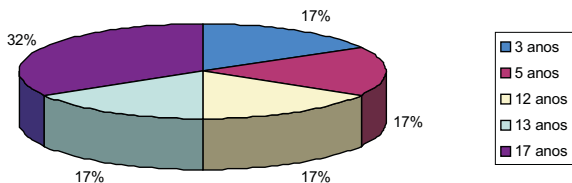
**Há quanto tempo mora na cidade?**



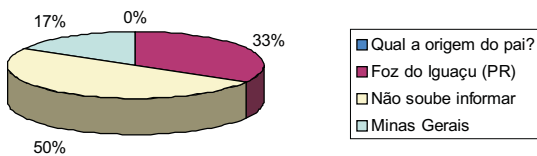
**Há quanto tempo o adolescente morava na casa?**



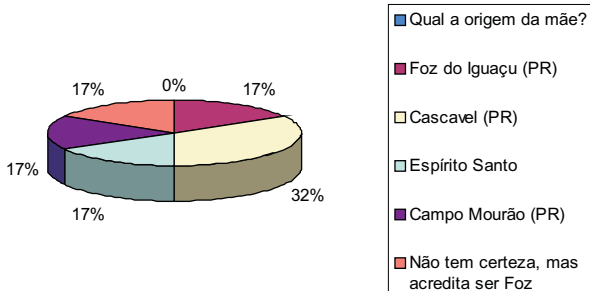
**Há quanto tempo o adolescente morava na cidade?**



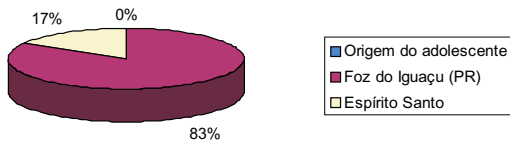
### Qual a origem do pai?



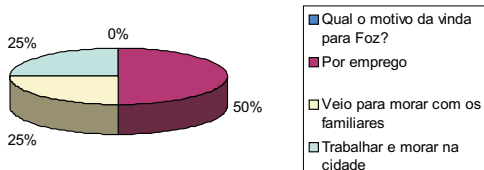
### Qual a origem da mãe?



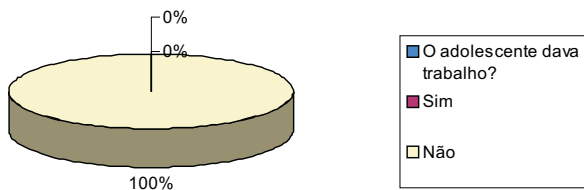
### Origem do adolescente?



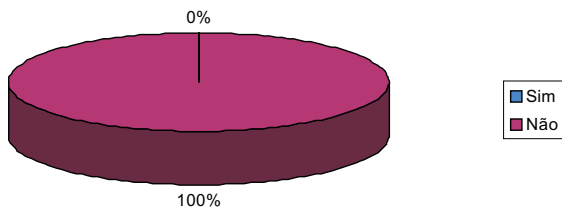
### Qual motivo da vinda para Foz?



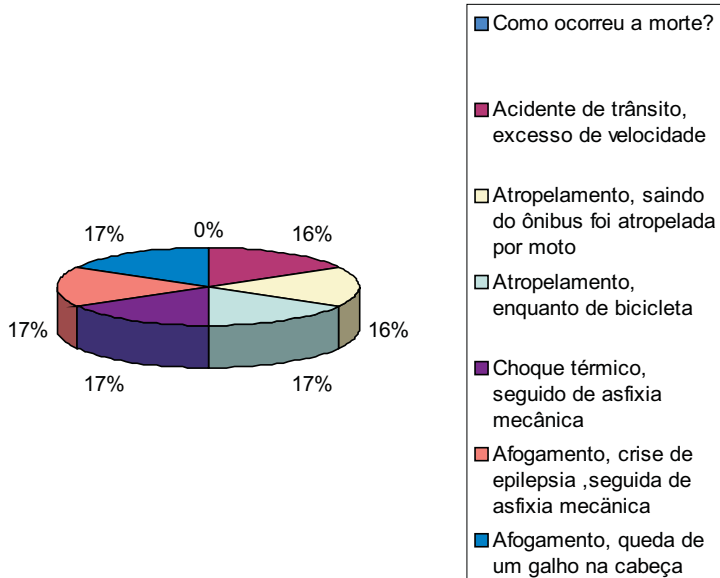
### O adolescente dava trabalho?



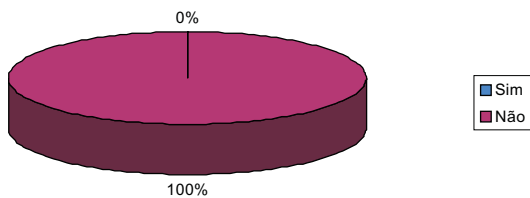
### O adolescente causava problemas à família?



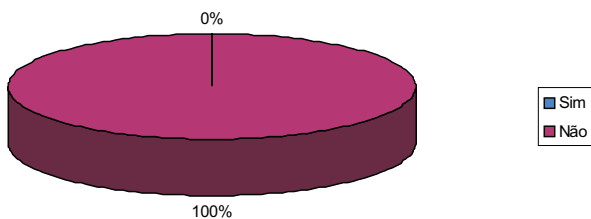
### Como ocorreu a morte?



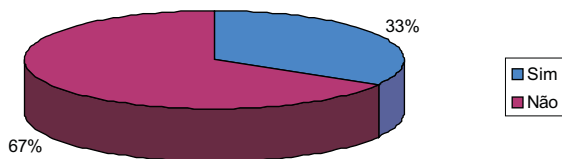
### Sabe se tinha alguém interessado na morte?



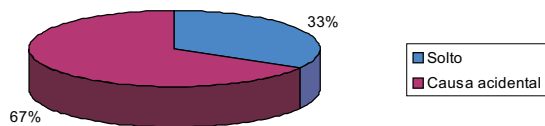
### A família conhecia o autor do crime?



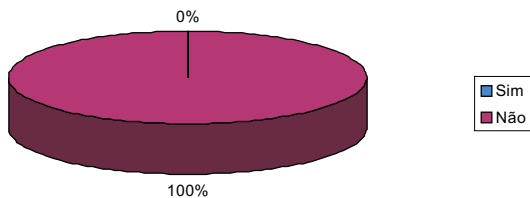
### Sabe informar quem é o autor do homicídio?



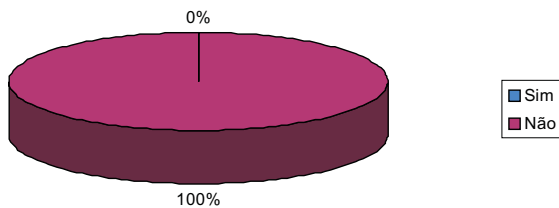
### O assassino esta:



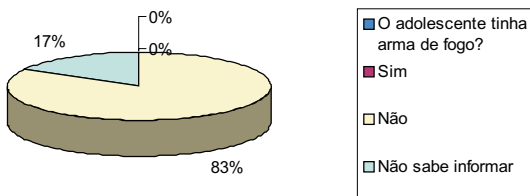
### A família se sentiu ameaçada após o crime?



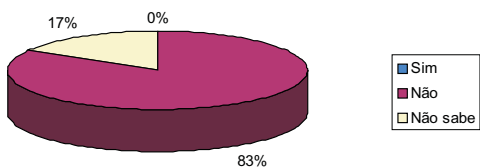
### A família se mudou após a morte do adolescente?



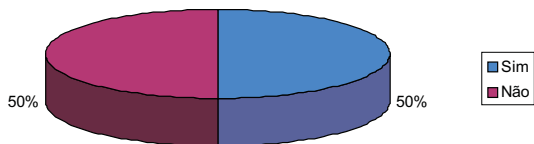
### O adolescente tinha arma de fogo?



### O adolescente andava com outros adolescentes ou pessoas que possuíam arma de fogo?



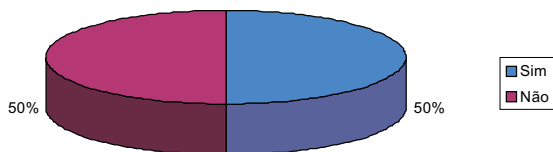
**Após a morte, a família foi chamada a prestar depoimento na polícia ou na justiça?**



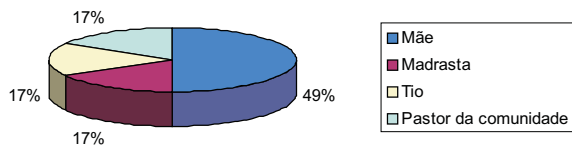
**Se sim, aonde e quantas vezes foi chamada?**



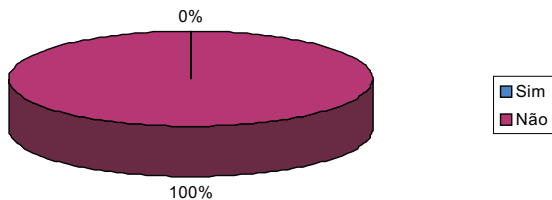
**A família foi à delegacia noticiar a morte?**



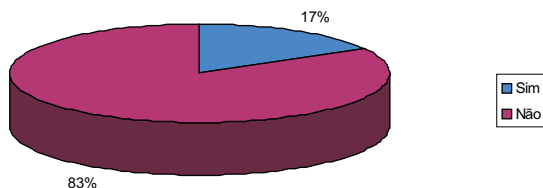
**Quem prestou as informações na entrevista?**



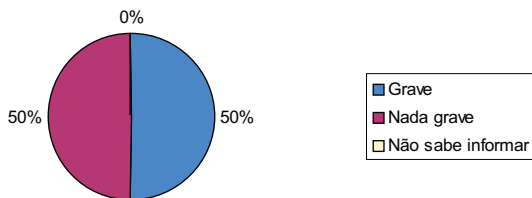
**A família possui outro(s) adolescente(s) em situação semelhante a que provocou a morte investigada?**



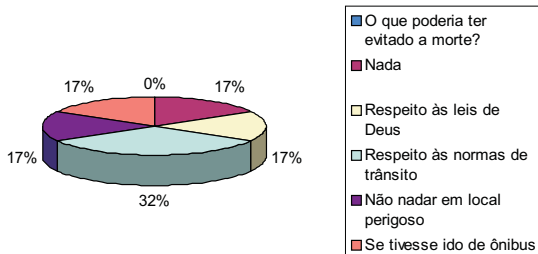
**O adolescente teve parentes vítimas de homicídio?**



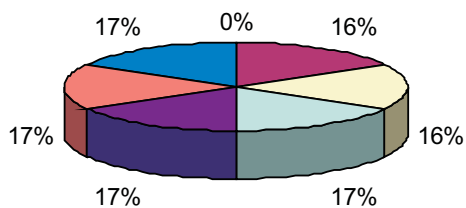
**A situação que levou a morte era:**



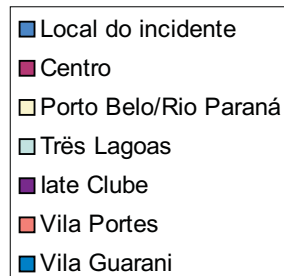
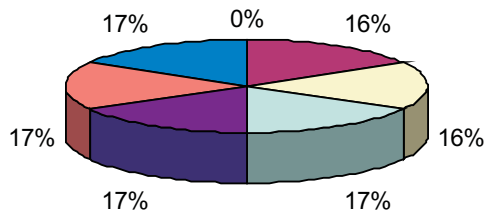
**O que poderia ter evitado a morte?**



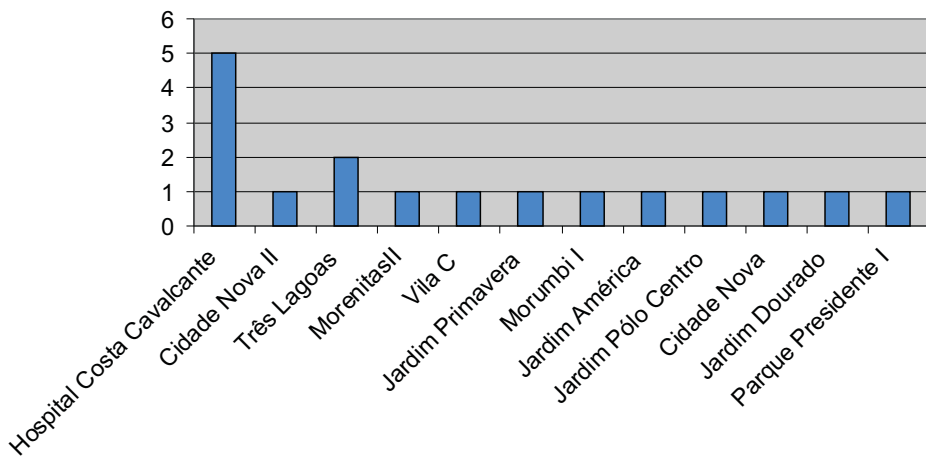
### Residência:



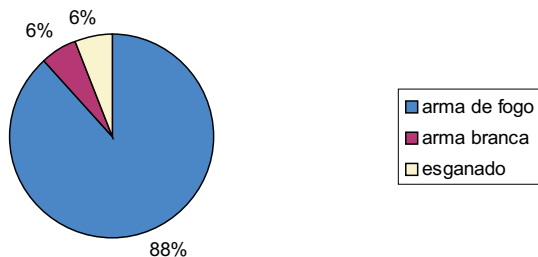
### Local do incidente:



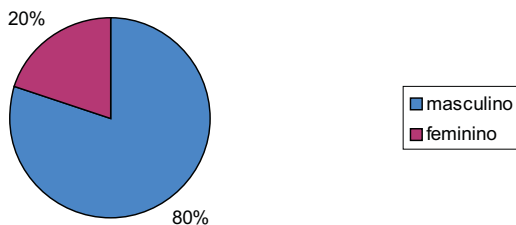
## Local de óbito homicídios não entrevistados



## Meio pelo qual morreu

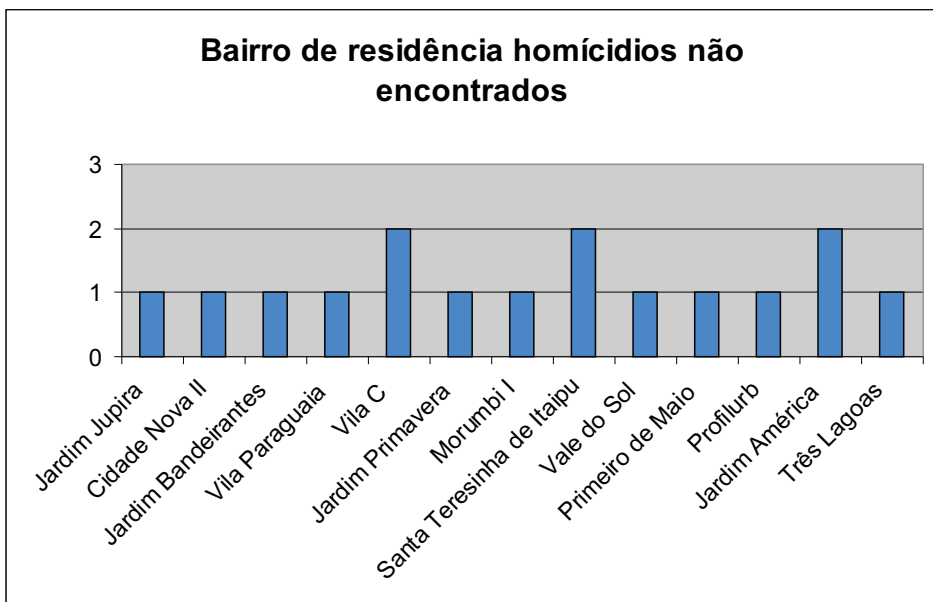
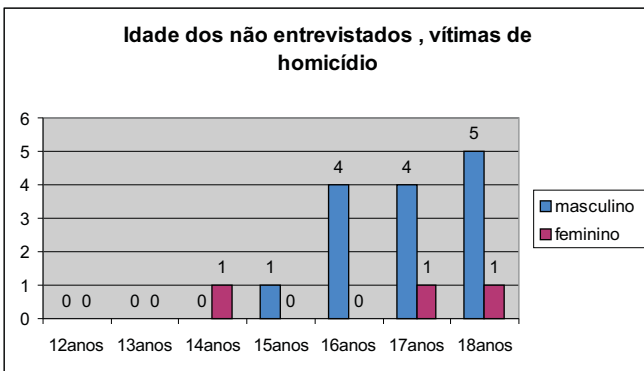
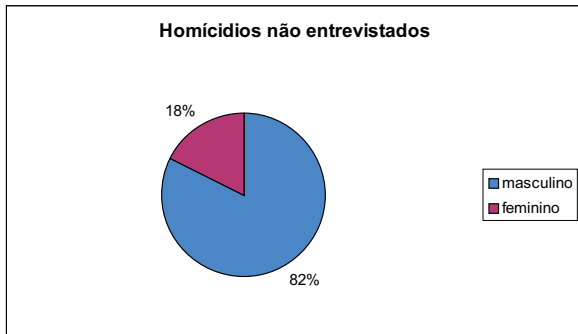


## Não homicídios não entrevistados

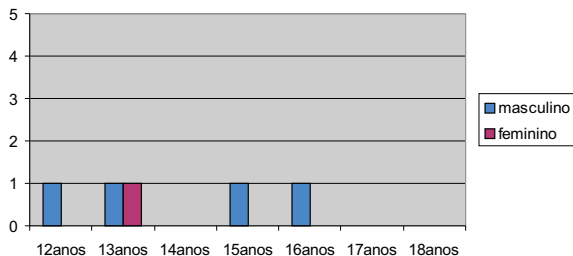


# Anexo III

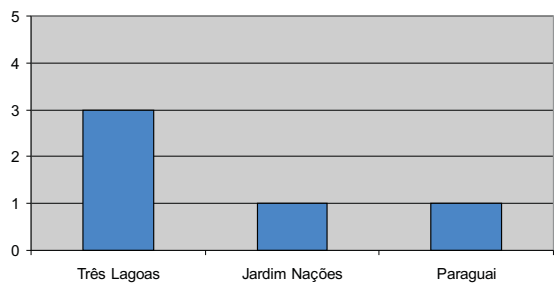
## Homícídios não entrevistados



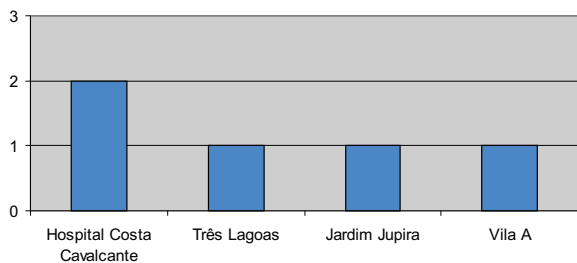
### Idade não homicídios não entrevistados



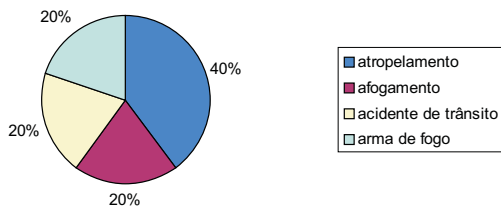
### Residência não homicídios não entrevistados



### Local de óbito não homicídios não entrevistados



### Meio pelo qual morreu



## CONCLUSÃO

*Valtenir Lazzarini*

Após a leitura dos capítulos, passando pelos temas abordados, nos resta trazer à tona o fio condutor que permaneceu presente nas análises e considerações apresentadas.

As pesquisas partiram da identificação de um problema que era e é sentido em maior ou menor grau pelo conjunto da sociedade. Essa percepção pode variar no tempo, pois responde a fatos sociais e as condições históricas em que essa sociedade se encontra.

Se, em um determinado tempo, o atendimento aos meninos e meninas na rua era o grande mobilizador de programas e projetos sociais, hoje já não o é mais, pelo menos não na mesma intensidade.

Os abrigos foram vistos e tidos como lugares de almas beneméritas e puras que se ocupavam em cuidar de crianças e adolescentes órfãos e abandonados, mas não podemos negar os efeitos maléficos da institucionalização e de alguns horrores cometidos por aqueles que deveriam ser os protetores dessas crianças.

Nossa sociedade, globalizada, não conseguiu ainda elevar-se ao patamar que ela mesma estabeleceu ao aprovar o conjunto de normas internacionais de proteção aos direitos humanos.

Nossas crianças e adolescentes ainda morrem de fome enquanto, por concorrência de mercado, se queimam e se desperdiçam alimentos. São submetidas à exploração no trabalho, enquanto se negam aos seus pais o emprego ou mesmo a possibilidade de gerar renda.

Nossos adolescentes são assassinados após terem uma vida de negativas. Negaram-lhe o direito ao pré-natal, a alimentação adequada, a ter uma moradia digna, a educação infantil, a uma escolarização de qualidade, ao lazer, ao esporte e à profissionalização.

A humanidade produziu, durante sua história, diversos códigos e normas com a função de regular as relações sociais e garantir direitos. Em especial o século passado é marcado por um conjunto de normativas como resposta, infelizmente, à uma sociedade injusta e violenta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos** de 1966, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989, e em especial o art. 227, da Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituem aparato legal e jurídico mais que suficiente para responder a enormidade de violações a que nossas crianças e adolescentes estão sendo submetidas.

Como explicar, então, que após todos esses anos da ratificação do Brasil às convenções e tratados internacionais e produção de legislação própria, ainda tenhamos situações de dar vergonha ao mundo?

Pensar que uma sociedade civilizada precise de leis para garantir aquilo que seria naturalmente função elementar e fundamental, qual seja, de proteger seus filhos é começar a crer que não vivemos em uma sociedade civilizada, não se analisarmos a conduta do Estado brasileiro.

Não podemos, a priori, tentar responsabilizar os indivíduos, pois o Estado e o conjunto de normas que o compõe foram criados com essa função de regular, manter o equilíbrio entre a luta de classes e compensar possíveis injustiças geradas por essa, isso é claro na visão burguesa de Estado sob a qual estamos vivendo.

Ora, se esse Estado que temos hoje é o responsável pela “correção das desigualdades”, e os governantes nos seus diversos níveis, por força de lei que prometeram respeitar e cumprir no momento de sua posse, devem cumprir e fazer cumprir as mesmas, então essa situação de violação não deveria existir.

Seguindo a teoria do “Estado neutro” e da democracia burguesa, encontramos nos seus defensores a explicação de que não há recursos para responder todas as demandas ou que as próprias leis vigentes (Lei de Responsabilidade Fiscal e vinculações constitucionais de despesas na educação e saúde) impedem um maior aporte de recurso para enfrentar as situações de violação de direitos.

Esquecem esses defensores que nossa Constituição, em seu art. 227, revestiu nossas crianças e adolescentes com a “prioridade absoluta”. Nossa legislação foi mais longe ainda e através do Estatuto da Criança e do Adolescente, lembramos que é lei federal, regulamentou o entendimento de prioridade absoluta em seu art. 4º, qual seja:

“Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

Não pretendemos esgotar aqui essa discussão e para uma melhor compreensão dessa relação aconselhamos a leitura do artigo intitulado “*A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Princípio da Prioridade Absoluta à Criança e ao Adolescente*” de autoria do Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo.

Não bastasse o Estado brasileiro ser omissivo no atendimento aos direitos da criança e do adolescente, tem se revelado também hipócrita.

As associações, institutos, fundações e outras formas de organização privada com fins públicos, constituem hoje o chamado terceiro setor. Esse setor vem crescendo no Brasil e no mundo a passos largos, mobilizando recursos e

desenvolvendo ações complementares ao Estado ou mesmo em substituição a esse.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, já em 1990, traz em seu artigo 86 a determinação de que:

“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Os cidadãos além de pagar seus impostos se vêm, por omissão do Estado, impelidos a assumir ações para garantir o atendimento aos direitos das crianças e adolescentes. Essas ações são fundamentais como parte do exercício da democracia participativa e de controle social como já previsto em nossa Constituição.

A hipocrisia do Estado se revela na tributação através da cobrança de taxas, contribuições e mesmo impostos apesar da vedação constitucional. Cobra-se daqueles que já pagam impostos ao Estado para realizar os serviços que necessitam e, quando existe a possibilidade de isenções ou reconhecimento de imunidade, a burocracia ou contradições nas leis são tantas que praticamente impedem tal gozo.

Mas a descentralização político-administrativa prevista na Constituição, a municipalização e a criação de conselhos dos direitos da criança e do adolescente como órgãos deliberativos, previstos como diretriz na política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, dão chance aos cidadãos brasileiros de diretamente identificar, indicar e resolver seus problemas.

As pesquisas apresentadas nos capítulos desse livro conseguiram, através dos dados e das análises, demonstrar que nossa sociedade é injusta e violenta. Que temos problemas e precisamos resolver. Identificaram o perfil das crianças e adolescentes e as condições de atendimento ou não atendimento aos direitos dessas.

Indicaram caminhos, ações, programas para as políticas públicas responsáveis nas respectivas áreas cabendo ao Estado a primazia da responsabilidade, mas não se pode esquecer que é de competência do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente a definição da política de atendimento às crianças e adolescentes.

Além da definição da política, esse Conselho deve ainda garantir que o poder público assegure os recursos no orçamento para a execução das ações necessárias da política definida.

Cabe, por fim, a sociedade aceitar os seus filhos como se apresentam, pois, foram gerados por ela mesma e, a partir dessa aceitação, agir na realidade para mudar a situação.

Nada está resolvido, nada está acabado. Cada qual com sua responsabilidade, moral ou legal não importa, desde que a criança e o adolescente seja prioridade absoluta.